

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**UM INSTITUTO FEDERAL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA:  
IMPACTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM  
UMA COMUNIDADE TUKÚNA DO ALTO SOLIMÕES**

**MANOEL GÓES DOS SANTOS**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**UM INSTITUTO FEDERAL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA:  
IMPACTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM  
UMA COMUNIDADE TUKÚNA DO ALTO SOLIMÕES**

**MANOEL GÓES DOS SANTOS**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Dra. Nádia Maria Pereira de Souza**

*Co-orientação do Professor*  
**Dr. Nilton Paulo Ponciano**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica-RJ  
2016**

630.7

S237i

T

Santos, Manoel Góes dos, 1955-

Um Instituto Federal no interior da Amazônia: impactos da educação profissional e tecnológica em uma comunidade Tukúna do Alto Solimões / Manoel Góes dos Santos - 2016.

57 f.: il.

Orientador: Nádia Maria Pereira de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 47-49.

1. Ensino agrícola - Teses. 2. Índios Ticuna - Teses. 3. Ensino profissional - Teses. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Campus Tabatinga) - Teses. I. Souza, Nádia Maria Pereira de, 1962-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**MANOEL GÓES DOS SANTOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28 / 06 / 2016

---

Dra. Nádia Maria Pereira de Souza – UFRRJ  
Orientadora

---

Dra. SANDRA REGINA GREGÓRIO - UFRRJ

---

Dra. ANA MENA BARRETO BASTOS - IFAM

## DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais Laudelino Francisco Goes e Maria Daria Goes (*em memoria*), pelos exemplos de virtude, amor, afeto e ensinamentos.

À minha amada esposa Udecira da Cruz Goes, pelos anos de convivência, carinho e compreensão nas horas difíceis.

Aos meus dois queridos filhos Fernando e Alexandre, meu amor, meu carinho, minha eterna gratidão paterna.

Aos meus queridos netos Diego, Yarissa, Fernanda e Lara que Deus possa abençoá-los todos os dias de suas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por todas as bênçãos, graças e proteção recebidas.

Aos meus pais, pelo amor e ensinamentos de dignidade e virtude.

Ao professor Dr. Gabriel e sua equipe, pela coragem e sapiência de acreditar e investir em homens e mulheres do interior deste país, em projeto de tamanha envergadura em nome da educação.

Ao professor e amigo Jaime Cavalcante Alves meu reconhecimento e respeito pelos relevantes trabalhos desenvolvidos à frente do Campus Tabatinga.

Aos meus magníficos orientadores Dra. Nádia e Dr. Nilton Ponciano pela luz do conhecimento que me conduziram: minha eterna gratidão.

## RESUMO

SANTOS, Manoel Góes dos. **Um Instituto Federal no interior da Amazônia: impactos da educação tecnológica e profissional em uma comunidade Tükúna do alto Solimões**. 2016. 57. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

**RESUMO:** O objetivo desse trabalho foi Analisar quais as possíveis contribuições que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Tabatinga proporcionou e está proporcionando à comunidade de Umariáçu e quais impactos que acarretam na vida política, social, educacional e econômica daquela comunidade. A metodologia que foi utilizada nesta pesquisa constituiu-se de duas ações bem distintas. A primeira referiu-se ao levantamento de documentos que versam sobre as políticas públicas educacionais, tais como: LDB Número 9.394/96; Convenção 169; Lei 11.892/2008; Projeto Político do Curso (PPC) e Matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária na Forma Integrada na Modalidade EJA-PROEJA do Campus Tabatinga-AM; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – MEC 2013; Documentos de posse da FUNAI que Regulamenta as terras indígenas do povo Tükúna (ticuna) de Umariáçu. A segunda ação metodológica foi baseada na metodologia quantitativa qualitativa em que os informantes do curso Técnico em Agropecuária, apontam dificuldades e soluções para a educação profissional estabelecida pelo Campus Tabatinga-AM. A pesquisa pode ser entendida como um processo de descoberta de fatos que objetiva entrar em contato com realidades desconhecidas ou pouco conhecidas, revelando suas características e peculiaridades. É através desta ferramenta que conseguimos trabalhar o processo de ensino e aprendizagem de forma mais eficiente, sendo uma ferramenta facilitadora no processo de compreensão e definição de políticas públicas. Para o aluno este trabalho pode ser considerado como uma ferramenta complementar a sua formação, mediante a necessidade do contínuo aperfeiçoamento e a busca por novos conhecimentos, contribuindo de forma efetiva em sua formação acadêmica, profissional e social. O questionário foi aplicado Curso Técnico em Agroindústria na Forma Integrada na Modalidade EJA-PROEJA, e possibilitou identificar a percepção dos mesmos acerca do desenvolvimento da pesquisa como atividade pedagógica, destacando-se as principais dificuldades encontradas para sua efetiva realização. Os resultados obtidos na pesquisa nos forneceram subsídios para formular algumas considerações sobre os impactos que a educação profissional está proporcionando junto ao povo da etnia Tükúna (ticuna) de Umariáçu; contribuições e os desafios no desenvolvimento propostas educativas através de uma ação dialógica e reflexiva entre Instituição de Ensino Técnico e lideranças da etnia Tükúna (ticuna) locais. O presente estudo não almejou esgotar a discussão sobre metodologias e desafios que o povo Tükúna (ticuna) enfrentou ao longo de sua trajetória histórica. Este trabalho levou em conta as referências bibliográficas de autores como Lévi-Strauss, Oliveira Filho, Nimuendajú, Oliveira, Ribeiro, Reis, Oro, entre outros que contribuíram para o esclarecimento da história Tükúna (ticuna).

**Palavra chave:** Povo Tükúna (ticuna) – Educação Profissional – trajetória histórica.

## ABSTRACT

**SANTOS, Manoel Góes dos. A Federal Institute within the Amazon Impacts of Technological and Professional Education in a High Tükúna Community Solimões. 2016. 57. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016**

**SUMMARY** - The aim of this study was to analyze what possible contributions the Federal Institute of Education Science and Amazon Technology - Campus Tabatinga provided and is providing Umariçu community and what impacts that cause in political, social, educational and economic of the community. The methodology that was used in this study consisted of two distinct actions. The first referred to the survey documents that deal with educational policies, such as: LDB number 9.394 / 96; Convention 169; Law 11,892 / 2008; Political Course Project (PPC) and curriculum Matrix Technical Course in Agriculture in Form Integrated mode in EJA-PROEJA Campus Tabatinga-AM; National Guidelines for Basic Education - MEC 2013; possession of documents of FUNAI that Regulates the Tükúna (ticuna) indigenous lands of Umariçu people. The second methodological action was based on qualitative quantitative methodology in the course of informants in Technical Agriculture, indicate difficulties and solutions for vocational education established by Campus Tabatinga-AM. The research can be understood as a process of discovery of facts that objective contact with unknown or little known realities, revealing its characteristics and peculiarities. And it is through this tool we can work teaching and learning process more efficiently, with a facilitating tool in the process of understanding and definition of public policies. For this work student can be considered as a complementary tool to its training by the need for continuous improvement and the search for new knowledge, contributing effectively in their academic, professional and social. The questionnaire was applied Technical Course in Agribusiness in Form Integrated in EJA-PROEJA mode, and enabled us to identify their perception on the development of research as a pedagogical activity, highlighting the main difficulties for their effective realization. The results obtained in the study provided subsidies to make some considerations on the impact that professional education is providing with the people of the Tükúna ethnic Umariçu; contributions and challenges in developing educational proposals through a dialogic and reflexive action between Institution of Technical Education and leaders of the local Tükúna (ticuna) ethnic group. This study craved not exhaust the discussion on methodologies and challenges that the Tükúna (ticuna) people faced throughout its historical trajectory. This work took into account the references of authors such as Levi-Strauss, Oliveira Filho, Nimuendajú, Oliveira Ribeiro Reis, Oro, among others who have contributed to clarifying the Tükúna (ticuna) history.

**Keywords:** Tükúna (ticuna) people - professional education - historical trajectory.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Tela que retrata a criação do povo Tükúna. Museu Magüta, Benjamin Constant, AM.....	6
<b>Figura 2</b> - Área Indígena demarcada .....	11

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 01- IDADE DOS INFORMANTES:</b> .....	28
<b>GRÁFICO 02- DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS/GÊNERO</b> .....	29
<b>GRÁFICO 03- GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE AGROPECUÁRIA DO IFAM- TABATINGA:</b> .....	31
<b>GRÁFICO 04 - INTERESSE DOS ALUNOS NA OFERTA DE OUTROS CURSOS DO IFAM:</b> .....	32
<b>GRÁFICO 05- ATENDIMENTO DAS EXPECTATIVAS DOS ALUNOS</b> .....	32
<b>GRÁFICO 06 – EXISTÊNCIA DE DIFICULDADES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM:</b> .....	34
<b>GRÁFICO 07 - A FALTA DO DOMÍNIO DA LÍNGUA MATERNA X INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM</b> .....	35
<b>GRÁFICO 08 – A QUESTÃO INDÍGENA NO CONTEÚDO DE ENSINO:</b> .....	35
<b>GRÁFICO 09 - DISCIPLINAS COM MAIORES DIFICULDADES</b> .....	37
<b>GRÁFICO 10 - O CURSO E OS CONHECIMENTOS TÉCNICOS CAPAZES DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA SUA COMUNIDADE</b> .....	39
<b>GRÁFICO 11 - CURSOS QUE OS ALUNOS GOSTARIAM QUE O IFAM OFERTASSE:</b> .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>EJA/PROEJA</b>	Educação de Jovens e Adultos/Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional de Assistência ao Índio
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>IFAM</b>	Instituto Federal do Amazonas
<b>LDB</b>	Leis de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
<b>OGPTB</b>	Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PPC</b>	Plano Político do Curso
<b>PPI</b>	Plano Pedagógico Institucional
<b>RE</b>	Registro Acadêmico
<b>SESAI</b>	Secretaria Especial da Saúde Indígena
<b>SIL</b>	Associação Internacional de Linguística
<b>SPI</b>	Serviço de Proteção aos Índios
<b>UEA</b>	Universidade do Estado do Amazonas
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. O POVO TÜKÚNA (TICUNA) NA HISTÓRIA: SUA PACIFICAÇÃO COMO ELEMENTO DE RESISTÊNCIA</b> .....	3
2.1. Pensando Historicamente a Comunidade Indígena Tükúna (ticuna) .....	3
2.2. As Origens da Etnia Tükúna (ticuna) por seus Mitos.....	6
2.3. A chegada do povo Tükúna (ticuna) à comunidade Umariáçu .....	10
<b>3. INDÍGENAS, EUROPEUS E MOVIMENTO: A DANÇA CULTURAL NOS PRIMEIROS SÉCULOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA</b> .....	14
3.1. Introdução .....	14
3.2. O indígena em dois tempos: uma perspectiva histórica e antropológica.....	15
3.3. Jesuítas, Capuchinhos, Catequese: caminhos percorridos pela educação na região do Alto Solimões, Amazonas .....	17
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	22
4.1. A Construção Metodológica da Pesquisa.....	22
4.2. Os Critérios de Escolha dos Participantes da Pesquisa .....	22
4.3. A Composição dos Instrumentos e o Processo de Coleta da Investigação.....	24
4.4. Os objetivos da pesquisa .....	25
4.5. Limitações da Pesquisa .....	27
<b>5. ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA:</b> .....	28
5.1. O perfil do Curso Técnico em Agropecuária do IFAM Campus Tabatinga .....	28
5.2. A metodologia de ensino no curso Técnico em Agropecuária na modalidade EJA/PROEJA Indígena.....	33
5.3. O Curso Técnico em Agropecuária na modalidade EJA/PROEJA Indígena e o desenvolvimento local.....	38
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	47

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo nasceu do interesse do pesquisador em investigar a educação profissional, a partir de seus pressupostos conceituais, históricos e metodológicos, de forma a alcançar um olhar reflexivo sobre os impactos que a educação profissionalizante causou no universo comunitário indígena Tükúna (ticuna) de Umariçu II.

Nesta pesquisa, mergulhou-se no interior de uma instituição educacional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM, Campus Tabatinga, a fim de considerar o seu processo de educação e ilustrar sua trajetória histórica, construída há mais de cem anos, no Estado do Amazonas, Brasil.

A presente investigação científica insere-se na área de concentração da cultura Tükúna (ticuna) e a educação profissional, na linha de formação técnica de nível médio do curso de Agropecuária EJA/PROEJA, modalidade integrada, pioneira no Amazonas, junto à uma comunidade indígena.

A escolha da temática Um Instituto Federal no Interior da Amazônia: Impactos da Educação Profissional e Tecnológica em uma Comunidade Tükúna (ticuna) do Alto Solimões levou em consideração os seguintes fatores: a experiência como professor, a proximidade do local de pesquisa, o grande número de alunos da etnia Tükúna (ticuna) e a busca da realização do pesquisador neste campo do saber.

Deste modo, conhecer o objeto de interesse do pesquisador tornou-se fundamental a elaboração de objetivos que respondessem as inquietantes indagações. Assim elegemos como objetivo geral: Analisar quais as possíveis contribuições que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Tabatinga proporcionou e está proporcionando à comunidade de Umariçu II e quais impactos que acarretam na vida política, social, educacional e econômica daquela comunidade.

Nesta linha de ideias selecionamos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar historicamente a comunidade Tükúna (ticuna) de Umariçu II.
- Descrever as políticas públicas de educação indígena no Brasil.
- Analisar as principais atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelo IFAM para a comunidade Tükúna (ticuna) de Umariçu II.
- Confrontar a formação oferecida pelo IFAM com as políticas públicas na área e os interesses da comunidade.

No desenvolver deste estudo, cada objetivo específico foi sendo revestido de referenciais informativos e conceituais sob a contextualização dos fatos que eram pertinentes a Instituição e a comunidade indígena de Umariçu II.

Para tanto, foram tratados os pressupostos teóricos que serviram de alicerce deste trabalho, a pesquisa bibliográfica, apoiada em João Pacheco de Oliveira Filho, Roberto Cardoso de Oliveira, Curt Nimuendajú, Claude Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Ari Pedro Oro. Valendo-se da técnica de resumo e às vezes fichamentos, as obras serviram de suporte para a realização deste trabalho.

Na pesquisa de campo procuramos as lideranças comunitárias e através de reuniões autorizadas pelas autoridades locais foi possível identificar elementos que contribuíram na realização desta pesquisa.

A metodologia de pesquisa exploratória permitiu catalogar documentos do IFAM, tais como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o site oficial [www2.ifam.edu.br/](http://www2.ifam.edu.br/), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Proeja Indígena. Também foram analisadas a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, e os artigos de tratam da educação indígena.

A relevância social e acadêmica deste estudo reside no fato de contribuir para construção do conhecimento científico, oportunizar a Instituição de Ensino, à comunidade pesquisada e à sociedade de um modo geral, a difusão de saberes obtidos, com a possibilidade de despertar futuros trabalhos desta natureza no âmbito do próprio IFAM ou em outras instituições.

O trabalho está dividido em quatro capítulos e estes em subtítulos. No primeiro tratamos trajetória histórica do povo Tükúna (ticuna), como elementos de resistência. No capítulo seguinte indígenas, europeus e movimento: a dança cultural nos primeiros séculos da história brasileira; no terceiro capítulo análise de dados da pesquisa de campo realizada, seguido da metodologia.

Por último foram tratadas as Considerações Finais, ressaltando os aspectos que mereceram destaque, podendo também ser evidenciados e interpretados sob os diversos olhares e percepções dos leitores, condições esta, própria da natureza humana e das dimensões sociais.

O que este estudo pretendeu a partir de suas possibilidades foi contribuir para o instituto de despertar e disseminar suas múltiplas faces e potencialidades em prol do alcance e melhoria da qualidade da educação profissional às comunidades indígenas, que tanto carecem desse olhar diferenciado.

## 2. O POVO TŪKÚNA (TICUNA) NA HISTÓRIA: SUA PACIFICAÇÃO COMO ELEMENTO DE RESISTÊNCIA

### 2.1. Pensando Historicamente a Comunidade Indígena Tükúna (ticuna)

Muito se tem escrito sobre o povo Tükúna<sup>1</sup> (ticuna). Pesquisadores renomados mundialmente como o etnógrafo alemão Curt Nimuendajú (1982) e o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1976) destinaram pesquisas de relevância em favor deste povo indígena. Nesta mesma linha destacam-se, também, os trabalhos dos brasileiros, Ari Pedro Oro (1978), Roberto Cardoso de Oliveira (2002), João Pacheco de Oliveira Filho (1999), entre outros.

Ari Pedro Oro, em sua obra *Tükúna: vida ou morte* (1978) estabelece como espaço geográfico de sua pesquisa a comunidade de Belém do Solimões, área pertencente ao município de Tabatinga, AM. A origem de seu trabalho data do ano de 1975, quando participou do projeto do *Campus* Avançado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em convênio celebrado com o estado do Amazonas.

Sua pesquisa mostra uma tentativa de reação dos índios Tükúna (ticuna) às condições de submissão a que se encontravam sujeitos em seu convívio junto à sociedade nacional. Segundo Oro, a tentativa de reação só se daria através de movimentos messiânicos, os quais se constituem numa maneira típica de algumas sociedades tribais tentarem reagir contra a condição social de subordinação a que se encontram em relação às sociedades dominantes.

Em relação à obra de Roberto Cardoso de Oliveira, *Os diários e Suas Margens – Viagens aos territórios Terêna e Tükúna* (2002), percebe-se que o autor nos dá conta de um “diário de bordo” da sua presença em Benjamin Constant, AM, de 19 de abril de 1959 até 19 de maio de 1959. Nessa viagem acompanharam Cardoso de Oliveira o linguista Ivan Lowie, que se ofereceu para estudar o idioma Tükúna (ticuna), e o jornalista/fotógrafo Maurício Vinhas de Queiroz. Segundo Cardoso (2002, p. 271), o objetivo da expedição era “[...] obter dados sobre a distribuição dos clãs, a frequência dos matrimônios, além de outras informações [...]”.

Cardoso de Oliveira percorreu parte do rio Solimões e adentrou o igarapé de Belém (também chamado de Calderón pelos colombianos, visto que sua nascente fica em território daquele país), contabilizando as famílias, os clãs, a forma de organização social e cultural, a relação entre bancos e índios e o contato de peruanos que se encontravam, já naquela época, integrados à comunidade Tükúna (ticuna) através do casamento. Além desta obra, Roberto Cardoso de Oliveira estuda o povo Tükúna (ticuna) nas obras *A sociologia do Brasil indígena* (1972) e *O índio e o mundo dos brancos* (1996).

Outro trabalho que estuda a sociedade Tükúna (ticuna) é a obra *Ensaio em Antropologia Histórica* (1999), de João Pacheco de Oliveira Filho. Este estudo foi organizado em quatro partes. Aqui se procura evidenciar apenas o estudo que analisa a criação da primeira reserva indígena no Alto Solimões, o qual julga ser um fato histórico com diferentes faces e múltiplas interpretações.

---

<sup>1</sup> Ao utilizarmos a palavra Tükúna levamos em conta às considerações do antropólogo Ari Pedro Oro (1978), que segue as regras básicas sobre a grafia dos nomes tribais aprovadas na primeira reunião brasileira de antropologia, Rio de Janeiro, 1953. Com isto, não queremos desconsiderar nem desqualificar as várias outras formas de escrita que os demais autores OLIVEIRA FILHO; OLIVEIRA; NIMUENDAJÚ utilizaram, quando se referem a essa população indígena, muito menos com os utilitários da língua gostam de ser chamados: Ticuna. Neste trabalho usaremos a escrita Tükúna.

Oliveira Filho registra duas interpretações para a criação da reserva: a) com uma narrativa histórica convencional, destaca o papel e significado do Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Fundamentado em documentos, ressalta a participação das representações das agências de contato na definição dos acontecimentos históricos, conduzindo a modelos interpretativos que se ocupam da política moderna, definidos pelas formas atuais do Estado-Nação; b) aponta para as tradições nativas no campo intersocietário em que os eventos da política moderna recebem significação e são convertidos aos parâmetros da política étnica e local.

Registre-se que estes estudos estão centrados nas vivências dos índios Tükúna (ticuna) durante o século XX, destacando a etnicidade desse povo, os aspectos políticos, sociais e religiosos, bem como as mudanças culturais e o processo de (des) caracterização/ (re) significação da cultura desse povo. Contudo, somente os trabalhos do Pedro Oro, Nimuendajú e João Pacheco de Oliveira Filho procuram abordar a trajetória histórica do povo Tükúna.

Os primeiros contatos dos índios Tükúna (ticuna) com o colonizador ibérico que se tem registro data do século XVII. Pouco se sabe o que despertou a atenção do europeu da Península Ibérica para estabelecer este contato. Contudo, acredita-se que a índole pacífica e acolhedora do Tükúna (ticuna) facilitaram os primeiros relacionamentos entre povos ibéricos e nativos da Amazônia brasileira.

Segundo João Pacheco de Oliveira Filho (1999), os Tükúna (ticuna) eram índios de floresta tropical, moradores de terra-firme e dos altos igarapés. A terra-firme está localizada, geograficamente, em região da selva amazônica onde as águas do rio Solimões não inundam quando ocorrem as enchentes anuais.

Os altos igarapés são regiões de difícil acesso por navegação de grandes barcos ou pequenas canoas, uma vez que galhos e árvores inteiras são derrubados pela ação dos ventos, atravessando de uma margem a outra o leito dos igarapés e impossibilitando aos navegantes percorrerem com facilidade seu curso.

Registre-se, também, que no período de chuvas ocorrem nos altos igarapés enxurradas arrastando troncos e madeiras para o leito dos mesmos, tornando-os intrafegáveis. Durante o período de seca, estes igarapés ficam impossibilitados de navegação devido à escassez de água em seu leito.

Entretanto, acredita-se que essa escolha de morar nessas localidades distantes e de difícil acesso seja uma estratégia Tükúna (ticuna) de sobrevivência, considerando a especificidade de caçadores desse povo e por ser uma região rica em caça. Convém mencionar, ainda, que a nação Tükúna (ticuna) dominava a técnica do curare, serviam-se da zarabatana e não possuíam canoas.

Os mitos do povo Tükúna (ticuna) falam sobre atividades rituais ou focalizam a vida econômica (OLIVERIA FILHO, 1999); a caça ocupava sempre o papel mais destacado, associando-se à coleta e a agricultura de tubérculos. Viviam em grandes casas coletivas de formato ovalado.

Durante o período anterior à chegada dos missionários, os omagua dominavam a região de várzea do Alto Solimões e impunham sua supremacia militar aos Tükúna (ticuna) e aos outros povos indígenas da região. No mito de origem dos Tükúna (ticuna), um de seus heróis culturais, *Opi*, sobe em uma samaumeira e diz para seu irmão Yoi (diz-se “Djoi”) que pode ver ao longe e com temor os “nossos inimigos”, os omagua ou cambeva (a quem os Tükúna (ticuna) chamam de *awane*), navegando pelo rio Solimões. Ainda hoje os Tükúna (ticuna) mantêm algumas lembranças deste passado guerreiro, como as rixas entre os grupos locais de diferentes “nações”, que evocam recordações de combates e incorporações entre certas “nações” (OLIVEIRA, 1970, p. 59).

Acredita ser este motivo que levou os Tükúna (ticuna) a se afastarem das margens do principal rio da Amazônia, evitando lutas com seus rivais omagua que impunham sua



supremacia militar aos Tükúna (ticuna) e aos outros povos tribais da região, residindo nos igarapés mais distantes e de difícil acesso.

Com a incorporação dos omagua aos aldeamentos missionários e sua quase completa descaracterização indígena, os Tükúna (ticuna) puderam expandir-se na direção da faixa ribeirinha.

A partir de então, houve uma tendência a absorver, por intermédio de intercassamentos, famílias ou indivíduos desgarrados de outros grupos indígenas. Paralelamente, os Tükúna (ticuna) que se deslocaram para a faixa ribeirinha harmonizaram-se, progressivamente, ao novo ambiente, sendo hoje conhecidos na região por sua habilidade na construção de canoas, na pesca com arco, flechas e arpões a tal ponto que, atualmente sua principal fonte de proteína animal é a pesca.

Entretanto, o relatório do etnólogo alemão Curt Nimuendajú (1982), nos proporciona dados que chama a atenção para as características apresentadas por esta nação indígena:

O traço mais notável no caráter destes índios é a sua índole mansa e pacífica, mesmo submissa. Não me consta terem eles jamais reagidos com violências contra os numerosos abusos dos civilizados: a reação deles consiste unicamente em se repetirem fora do contato com aqueles que não lhes convêm, “fugindo”, como diz os seus patrões para as cabeceiras dos igarapés e os centros da terra firme onde não há probabilidade de serem mais molestados [...]. (1982, p. 193)

Em busca de compreender os motivos pelos quais esta sociedade tribal chamou a atenção da sociedade dominante, Nimuendajú nos apresenta algumas características passíveis dessa compreensão:

[...] especialmente as moças usam de um ou mais colares de contas de vidro que elas muito apreciam, de frutas pretas, pedacinhos de ossos, dentes de animais etc. Crianças usam nas munhecas anéis pretos de tucum e neles pendurado às vezes algum dente ou unha de animal. Enfeites de pena só usam as moças na festa da puberdade. (1982, p. 200)

O relatório do etnólogo Nimuendajú nos dá conta da sua pesquisa realizada no final da primeira metade o século XX. As características apontadas por esse pesquisador nos remetem a pensar que o artesanato fabricado e utilizado pelas moças e mulheres índias Tükúna (ticuna), talvez tenha chamado atenção do europeu ibérico do século XVII.

Outro fato que chama a atenção é a noção de limpeza e higiene das moradias. Segundo o autor: “As casas são sofrivelmente limpas. Existem sempre diversas vassouras com as quais varrem casa e terreiro. Não sente nenhum mau cheiro nas habitações [...]”. (1982, p. 200).

Ainda hoje se observa nas moradias de famílias indígenas Tükúna (ticuna), residentes nas margens de rios e igarapés a limpeza com que se encontra o terreiro que circula a casa onde moram. Talvez seja o meio disponível para proteger suas crianças e até mesmo os adultos de animais peçonhentos: (cobras, aranhas, escorpiões etc.) habitantes da selva próxima. Esta limpeza, sendo no terreno de várzea ou terra firme, quando chega o período de verão os cristais de areia brilham sob o reflexo da luz do luar fazendo com que pequenos animais que se aproximam sejam facilmente detectados pelos membros da família.

É provável que seja do conhecimento do indígena Tükúna (ticuna) que esses animais precisam de esconderijos sob as folhagens caídas, troncos de árvores, raízes que sobressaem ao solo proporcionando excelentes esconderijos para esses animais habitarem, bem como capturarem suas presas. A limpeza promovida pelas famílias indígenas Tükúna (ticuna) altera sistematicamente o habitat dessas espécies que não têm por hábito se expor a seus predadores.

Provavelmente é uma forma muito sábia de evitar que essas espécies entrem no interior das casas indígenas e faça dela seu abrigo, colocando em risco a vida de crianças e adultos.

Outras características intrínsecas às comunidades Tükúna (ticuna) podem ser constatadas com as obras Curt Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira Filho, as quais nos mostram a festa da moça nova ou da puberdade, a fabricação do curare, a fabricação de máscaras utilizadas nas festas, à fabricação de colares com dentes de animais e carochos colhidos e pintados, o ajuri praticado com membros de toda comunidade – uma espécie de roça coletiva – os casamentos e a patrilinearidade que são elementos presentes na cultura Tükúna (ticuna). Aqui se pretende apontar as origens do povo Tükúna (ticuna).

## 2.2. As Origens da Etnia Tükúna (ticuna) por seus Mitos

Para Oliveira Filho (1999) as origens do povo Tükúna (ticuna) tem explicação da seguinte forma:

[...] os Tükúna são originários do Igarapé *Eware*, situado nas nascentes do igarapé São Jerônimo (*Tonatü*), tributário da margem esquerda do rio Solimões, no trecho entre Tabatinga (na fronteira) e São Paulo de Olivença. Ainda hoje é essa a área de maior concentração de Tükúna, onde estão localizadas 42 das 59 aldeias existentes, aí residindo mais de 12 mil índios (1999, p. 24).

Ainda segundo Oliveira Filho (1999) foi ali que *Yoi* pescou os primeiros Tükúna (ticuna) das águas vermelhas do Igarapé *Eware*. Estes eram *Magüta* (literalmente conjunto de pessoas pescadas com vara) que passaram a habitar nas cercanias da casa de *Yoi*, na montanha chamada *Taivegüine*. Também moravam por ali todos os personagens dos mitos, os *üüne* (sua tradução usual é “justos” ou “imortais”), seres que não morriam e possuíam poderes extraordinários. Mesmo hoje em dia este é para os Tükúna (ticuna) um local sagrado, onde residem alguns dos imortais e onde estão os vestígios materiais de suas crenças (como os restos da casa ou a vara de pescar usada por *Yoi*).



Figura 1 - Tela que retrata a criação do povo Tükúna. Museu Magüta, Benjamin Constant, AM.

Fonte:

Contam às narrativas que *Yoi* começou a decepcionar-se com sua criação, vendo que os homens estavam se afastando dos princípios que ele lhes ensinara, não atendendo mais às suas obrigações morais e servindo apenas a seus interesses particulares (OLIVEIRA FILHO, 1999. p, 46).

Entretanto, a sua organização social e política diverge de seu mito de origem, como nos informa o etnólogo alemão Curt Nimuendajú. Percorrendo os Igarapés de Belém e São Jerônimo descreve a organização social e política do povo Tükúna (ticuna) nos seguintes termos:

A tribo Tükúna é composta de 19 (ou mais?) “Keá” (clãs, parentelas), cada um por sua vez composto de grande número de famílias. Estes Keá são divididos em dois partidos (phratrias) estritamente exogâmicas; os filhos pertencem ao Keá paterno. Esta divisão e a resultante exogamia conservam mesmo os Tükúna já mais civilizados da margem do Solimões, opondo a toda transgressão que a arbitrariedade dos seus tutores lhes queira impor o argumento tenaz “Tupána fica zangado”. Cada clã tem os seus nomes pessoais próprios e a sua pintura característica pela qual se distingue nos dias de festa. Qualquer organização política hoje não existe mais. São divididos em bandos conforme o seu habitat nos diversos igarapés. Estes bandos mantem entre si pouca comunicação e, às vezes, vivem mesmo em certa desconfiança uma contra a outra. Os seus patrões colocados em barracões na boca dos igarapés habitados pelos índios, monopolizam todo contato com eles e os determinam a seu critério e interesse. Os atuais “capitães” dos Tükúna são meros intérpretes, pobres diabos condenados a mentir aos seus compatriotas da tribo para agradar aos patrões, e a estes, para se reconciliar com aqueles. (NIMUENDAJÚ, 1982, p, 194)

Contudo, a organização social e política do Tükúna (ticuna) também é discutida por Sebastião Rocha de Sousa (2013), o qual destaca os seguintes aspectos:

Os Tükúna viveram fundamentalmente isolados até as duas últimas décadas do século XIX, quando passaram a ter um contato maior com os colonizadores, no período em que inicia a exploração da borracha no Alto Solimões. Este período, não obstante, representou um período de escravidão sob o domínio dos patrões seringalistas, situação que começou a mudar somente em meados de 1940 com a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Alto Solimões.

Antes da chegada dos missionários jesuítas, os Tükúna habitavam a floresta tropical, sendo residentes de terra-firme e dos altos igarapés, localizados à margem esquerda do Alto Solimões, região que na atualidade se encontra entre os municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença. Os Tükúna evitavam a baixa ribeirinha do rio Solimões, pois esta região era habitada pelos Omágua (também conhecidos como *Cambeva*), inimigo tradicional dos Tükúna. Com a integração dos Omágua aos aldeamentos missionários e sua quase completa assimilação, os Tükúna puderam expandir-se para as margens do rio Solimões.

Estes relatos nos leva a crer que, a partir da presença de comerciantes, seringueiros e seringalistas em contato com esse povo, inicia-se um processo de desestruturação da formação política primitiva dos índios Tükúna (ticuna). O modelo primitivo, de nenhuma maneira atendia os interesses comerciais e lucrativos de patrões seringalistas. Talvez a sua característica de povo “manso”, assim denominado por Nimuendajú (1982), tenha permitido que o contato com o branco “reconfigurasse” sua organização política agora voltada para atender aos interesses desses patrões.

Mas é inegável que esta mesma característica, de alguma forma tenha permitido, às duras penas, a preservação dos índios Tükúna (ticuna) e sua cultura (língua, hábitos e costumes). Historicamente, os povos considerados guerreiros foram exterminados nas inúmeras batalhas travadas com os invasores europeus ou através do contato, quando adquiriram doenças às quais estes não tinham conhecimentos da cura ou anticorpos capazes de protegê-los.

As inúmeras habilidades dos índios Tükúna (ticuna) podem ser observadas no museu *Magüta* (que significa povo pescado com vara), localizado no município de Benjamin Constant, AM, onde há um acervo de máscaras, cerâmicas, pinturas e fotografias que revelam parcela significativa do mito e da história do povo Tükúna (ticuna).

Segundo Oliveira (2002), o museu Goeldi, em Belém, PA, é depositário de um acervo de máscaras Tükúna (ticuna) proveniente de sua expedição realizada em 1959, entre os municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, Letícia-Colômbia, Umariacu<sup>2</sup> e o igarapé de Belém, onde manteve contato direto com os índios Tükúna (ticuna).

Por sua vez o etnólogo alemão Nimuendajú nos informa da produção artesanal primitiva do povo Tükúna (ticuna) a partir da primeira metade do século XX. Esta produção está voltada para a fabricação de utensílios domésticos, necessários para uso no cotidiano. Tais habilidades na produção desses produtos nos mostram o grande conhecimento e o domínio de tecnologias empregadas no processo de fabricação de objetos:

As mulheres Tükúna são boas louceiras. Potes, panelas e pratos elas não só fabricam para o seu próprio uso, mas ainda fornecem estes artigos aos civilizados. Fazem fornos para torrar farinha, com beira levantada. Os ralos antigamente eram feitos de pontinhas de pedra engastadas numa taboa; hoje usam em lugar de pedra pontas de prego. As cuias são cobertas de um lacre preto pelo lado interior e apresentam às vezes ornamentos gravados do lado oposto. A arte de tecer com telas produz tipitis, peneiras, cestos de carregar e cestos com tampas de vários tamanhos que também vendem aos civilizados. Os seus abanos nunca são de tecidos, mas sempre formados por uma aza de pássaro (mutum, jacu).

Não conhecem o puçá para pescar, mas fazem de fios de tucum umas redes em forma de sacos retangulares em que guardam os seus objetos. Do mesmo material fazem umas patronas muito bonitas e as umas maqueiras que apresentam bonitos ornamentos formados por fios pretos ou de cor; como não dormem nelas são em geral muito pequenas para o nosso uso. Em tudo empregam o fio de tucum torcido na coxa ou na barriga. O emprego do algodão entre eles é diminuto limitando-se ao que me parece, às ligas usadas pelas moças. Uma inovação formam as colheres de pau muito bem esculpidas e as vezes de enormes dimensões. (NIMUENDAJÚ. 1982, p. 202)

Esta produção artesanal nos dias atuais é enriquecida com a fabricação de colares e pulseiras coloridas, tendo como matéria prima os caroços colhidos na selva, limpos e pintados. Dentes de animais (jacarés, onça pintada) fazem parte desta matéria prima, embora não seja tão fácil sua aquisição, mas é possível ser encontrado. Este trabalho ainda é tarefa das mulheres indígenas Tükúna (ticuna).

A fabricação de canoas de pequeno porte – principalmente para o uso da pesca em lagos, igarapés e igapós – é da responsabilidade do índio Tükúna (ticuna), bem como a caça e a pesca.

---

<sup>2</sup> A trajetória histórica dos índios Tükúna nos leva compreender o seu mundo étnico cultural, mesmo próximo de fatores que muito contribuem desfavoravelmente para sua extinção. Entretanto a preservação de seus valores tais como a língua, os mitos de criação e formação e valorização do epônimo clânico, fortalecem os laços culturais, morais e tradicionais, atribuindo a cada um de seus membros uma identidade étnica.

As roças coletivas, onde conta com a participação de toda comunidade Tükúna (ticuna) é chamada de ajuri. Neste modelo de roça é plantada a mandioca para a produção de farinha e outras espécies de batatas que podem ser consumidas pelas famílias. Essas famílias que participam da derrubada das árvores, da queimada de galhos e folhagens, da limpeza e plantação de variadas culturas (banana, abacaxi, ingá, mapati, biriba, abiu, etc.), naquele terreno, podem colher o que foi plantado, de acordo com sua necessidade. Esta atividade permite que homens e mulheres trabalhem juntos: os homens na limpeza do terreno e as mulheres na confecção de alimentos. Neste trabalho coletivo e social, os laços culturais são fortalecidos e preservados com cantos indígenas e onde se faz presente à família Tükúna (ticuna).

Esta forma organização de trabalho comunitário, coletivo e socializado, talvez promova o fortalecimento das tradições culturais, tais como a língua materna praticada por todos os membros presentes, independentemente de clãs ao qual este indivíduo pertença. Nesta construção coletiva é perceptível a atribuição aferida a cada gênero. Há também as roças individuais que o indígena passa a ter direito, a partir do momento em que começa a formar uma nova família através do casamento. Seguindo sua tradição, não é permitido ao homem solteiro construir roça.

Uma grande produção de farinha produzida pelos Tükúna (ticuna) que se tem registro ocorreu próximo ao Posto Indígena de Tabatinga, como nos conta João Pacheco de Oliveira Filho:

[...] Consoante a preocupação produtiva do antigo SPI, o indigenista dedicava a maior parte de sua atenção e dos seus esforços a tentar estimular o desenvolvimento da agricultura indígena. Para isso, organizou as chamadas (pelos índios) “roças do posto”, realizadas nas cercanias do Posto por trabalhadores indígenas em regime de diárias e sob o controle e a supervisão direta dos funcionários. No primeiro ano de (1943), os resultados foram bastante modestos, sendo isto atribuído nos relatórios administrativos a causas fortuitas (excesso de chuvas e início tardio do plantio). No ano seguinte, há menção ao plantio de pelo menos 140 mil covas de mandioca, e em 1945 veio ainda somar-se ao montante do ano anterior de 40 mil pés de cana-de-açúcar [...]. (OLIVEIRA FILHO, 1999. p. 31)

Nos dias atuais, ainda se faz presente a agricultura de subsistência e as roças construídas com o apoio da comunidade. Esta produtividade permite o complemento alimentar necessários às famílias indígenas e se faz presente à mesa. O excedente dessa produção individual é vendido no mercado da cidade, destinado ao produtor indígena ou mesmo às margens da principal via de acesso à comunidade. Esse viés proporcionado pela atividade produtiva permitiu há muito tempo o contato com o sistema monetário valorativo imposto pela sociedade dominante que não existia na cultura tribal.

Ao longo das décadas dos séculos XIX e XX vão se processando modificações culturais na sociedade Tükúna (ticuna), visíveis na forma de vestir, na arquitetura de suas residências, na qualificação de profissionais (professores e funcionários públicos), no fornecimento de mão de obra à construção civil, entre outros.

Embora se perceba inúmeras mudanças proporcionadas pela proximidade que os índios Tükúna (ticuna) têm com a sociedade dominante, percebe-se que a valorização de sua cultura (mitos, língua) ainda se faz presente e muito forte entre seus membros. Outra característica intrínseca a esta nação indígena é a forma de organização tribal preservada há séculos.

A organização social Tükúna (ticuna) também se faz presente na formação dos clãs, um patrimônio cultural conservado há séculos e que, talvez, seja o elo cultural mais forte

denominado por Claude Lévi-Strauss de classificação totêmica (1976, p. 80). Para Nimuendajú esta organização social é estruturada da seguinte forma:

A tribo Tükúna é composta de 19 (ou mais?) “Keá” (clãs, parentellas), cada um por sua vez composto de grande número de famílias. Estes Keá são divididos em dois partidos (fratrias) estritamente exogâmicas; os filhos pertencem ao Keá paterno [...]. Esta divisão e a resultante exogamia conservam mesmo os Tukuna já mais civilizados das margens do Solimões, opondo a toda transgressão que a arbitrariedade dos seus tutores lhes queira impor o argumento tenaz “Tupána fica zangado”. (Lévi-Strauss,1982, p.194).

Em sua obra “O índio e o mundo dos brancos”, Roberto Cardoso de Oliveira aborda essa temática da seguinte maneira:

[...] O sistema de clãs fornece ao Tukuna um método de identificação não apenas interétnico ou intertribal, mas *intratribal*. Isto é, fornece aos membros da comunidade Tükúna uma espécie de código por meio do qual podem os índios reconhecer um parente ou um simples patrício pela simples enunciação do nome próprio do indivíduo. Assim, o indivíduo do clã Arara Vermelha (ño’i) chamado Batendo Asas (*kvai’ta’s’ini(n)ki*) significa arara-batendo-asa-sentada, nome cuja simples enunciação permite classificar seu possuidor como membro do clã Arara e da metade Ave.[...] (1996, p.97).

Este elo cultural é fortalecido dentro do espaço intratribal com a realização de casamentos aceitos pelas famílias e permitidos pela comunidade indígena, e de acordo com os preceitos tradicionais por eles conservados há séculos. O epônimo patrilinear prevalece, passando de pai para filho e parece proporcionar o fortalecimento dos laços culturais dos diversos clãs que formam a nação Tükúna (ticuna).

### **2.3. A chegada do povo Tükúna (ticuna) à comunidade Umariáçu**

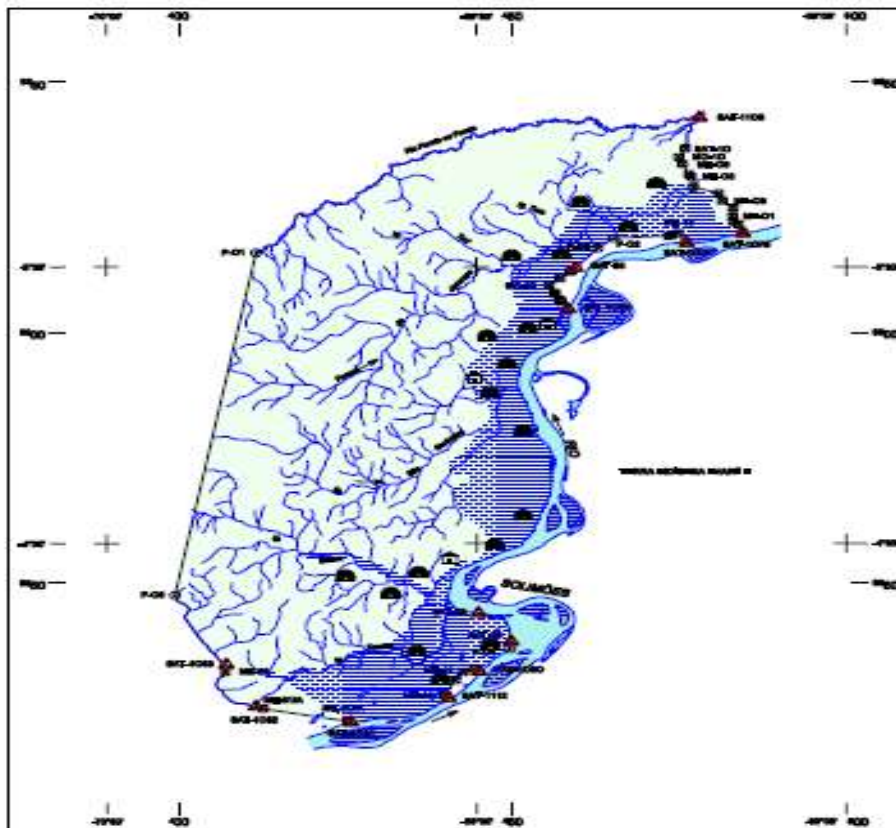
A presença do povo Tükúna (ticuna) nas proximidades do atual município de Tabatinga, AM, localiza-se à margem esquerda do rio Solimões, aproximadamente cinco quilômetros da sede do município. O acesso à comunidade se faz por terra (estrada asfaltada) ou de barco. Por barco acontece nos períodos de cheia do rio Solimões, o que possibilita as embarcações atracarem no centro da comunidade, na principal via de acesso, haja vista que não existe porto para embarque e desembarque de passageiros.

O mesmo não acontece quando o rio Solimões encontra-se na vazante. O acesso por barco se torna muito difícil e para chegar à comunidade é necessário seguir caminhos íngremes construídos pelos moradores às margens do rio.

A comunidade é cortada pelo igarapé por nome de “Mariuaçu ou Umariáçu” – (OLIVEIRA,1959, p. 302), que recebeu seu nome. Atualmente, encontra-se dividida em duas partes: Umariáçu I e II. A segunda parte (Umariáçu II) é objeto de pesquisa deste trabalho, por ter dado origem à comunidade e por concentrar o maior número de habitantes da etnia Tükúna (ticuna) próxima ao município de Tabatinga.

De acordo com os dados fornecidos pela Coordenação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, representação existente no município de Tabatinga, - as terras pertencentes àquela comunidade possui uma área de 4.854,998ha. Uma pequena parte dessa área está pavimentada com asfalto e possui iluminação elétrica fornecida pela empresa Amazonas Energia. A

comunidade ainda não possui rede de esgoto e água tratada. O consumo de água é proporcionado pelo igarapé ou o rio Solimões, principalmente no período de cheia.



**Figura 2 - Área Indígena demarcada**  
Fonte: FUNAI – Coordenação em Tabatinga-AM

O mapa acima apresenta uma visão da área residencial da localidade, assemelhando-se a um bairro urbano do município. O restante das terras pertencentes à comunidade está coberta por uma densa vegetação nativa, composta de lagos e é banhada pelos igarapés São Jerônimo, Preto, Tacana e igarapé de Belém. Nas terras imersas em meio à selva constata-se o cultivo da mandioca, de onde se produz o fabrico da farinha. Estas “roças” podem ser coletivas ou individuais.

A comunidade de Umariçu II possui 4.382 habitantes, correspondente a novecentos e noventa e seis famílias e seiscentas e vinte e uma casas, segundo a Secretaria Especial da Saúde Indígena – SESAI.

As terras firmes não são inundadas pelas enchentes do rio Solimões e este particular permite aos moradores construir suas residências em alvenaria, fugindo assim do padrão peculiar da sua cultura. O mesmo não acontece com aqueles moradores das margens dos igarapés ou mesmo do rio Solimões, moradores da várzea, que têm suas residências construídas com madeiras nobres da região, apoiadas em esteios de acapu – madeira resistente à ação da água – que chegam a durar cerca de vinte anos.

Sob esse piso elevado, o nativo aproveita para guardar sua canoa e seus utensílios de pesca: remo, anzóis, linhas, malhadeiras, tarrafa, arco, flechas, caniços, instrumentos indispensáveis à prática da pescaria, seja em lagos, rios ou igarapés.

Segundo Pacheco (1999), a maior concentração de indígenas pertencentes à etnia Tükúna (ticuna), até a primeira metade do século XX, localizava-se nas margens dos igarapés de São Jerônimo, Preto, Tacana, Belém e nas terras firmes próximos a estes. Desses igarapés era retirado o peixe da sua alimentação diária, da selva os frutos silvestres, e de sua própria

plantação o complemento alimentar de sua família. Há que mencionar, ainda, que o consumo da proteína animal vinha dos animais selvagens como o porco selvagem, veado, anta, tatu, cotia, paca e macacos. Consta-se, ainda, a utilização da água de rios, lagos e igarapés para o consumo interno, bem como via de acesso a outras localidades, isto é, para conduzi-los ao interior da selva pelos igarapés ou para as localidades próximas ou distantes de seu habitat natural.

Registre-se, que a organização social do povo Tükúna (ticuna) sofre mudanças profundas no início do século vinte, durante o primeiro período áureo da exploração do látex<sup>3</sup>.

Contudo, com a escassez da mão-de-obra nordestina para trabalhar na extração do látex, percebe-se que gradativamente este trabalho será preenchido pela mão de obra indígena. “Foram os indígenas amazonenses, especialmente os Kambeva, (Omágua) que ensinaram os colonizadores as técnicas de preparo da borracha, desde a sua extração”. (Oro, 1978, p. 27).

Ora, é precisamente a partir da segunda metade do século XIX que se constata a intensificação da exploração do látex na Amazônia, o desaparecimento de inúmeras nações indígenas e a pacificação de outras. É precisamente neste período que o Amazonas entra no cenário mundial como a “região da borracha”, configurando-se como um novo ordenamento espacial.

De acordo com Nogueira e Batista (2007, p. 154):

---

<sup>3</sup> No final do século XIX e primeira década do século XX, o estado do Amazonas recebeu dezenas ou centenas de migrantes nordestinos que se tornaram mão de obra para os seringais espalhados pelo interior da selva Amazônica. Mais tarde, essa população que deixou o nordeste brasileiro será chamada de soldados da borracha. Segundo Vienna Moog, nessa ocasião, “Os operários abandonavam as oficinas. Os rebanhos, desajustados da proteção dos pastores e a custo mantidos em pequenos campos artificiais roubados à selva, morrem à mingua. A lavoura decai, à falta de braços. Em contraste, multiplicam-se as companhias de navegação. Os que não conseguem lugar a bordo dos vapores, acomodam-se em canoas e alvarengas suplementares. Não havia como detê-los: fora descoberto um novo ‘El-Dorad’ ” (ORO, 1978, p. 27).

Para obter os lucros na produção da borracha, o seringalista cercava-se de uma estrutura administrativa capaz de fazer funcionar muito bem toda a extensão do seringal. Esta era composta pelo Patrão, “a figura principal, homem enérgico e disciplinador por excelência, que chegava muitas vezes a ser rude e até tirânico”. Descreve: (ORO, 1978, p. 28). Na ausência do Patrão, o “gerente” do seringal assumia todas as responsabilidades administrativas, porque gozava da total confiança deste. Era o responsável pela distribuição das ordens de serviço, inspecionava sua execução, fazendo às vezes de patrão quando este se ausentava, para tratar de negócios na Capital do Estado. Trabalhava ainda no barracão: o “guarda livros”, os “caixeiros” e os “camboeiros”. Ao “guarda livros” cabia-lhe o dever de toda contabilidade do seringal. Os “caixeiros” ficavam com atribuição dos depósitos de víveres, a pesagem e a seleção de peles e borrachas que chegavam do interior da selva. Os “camboeiros” eram os encarregados de conduzir mantimentos e utensílios para os seringueiros que ficavam, muitas vezes, distantes do barracão, nos limites do seringal.

Ainda existiam nessa administração os homens de campo: os “mateiros”, encarregados de fazer a estrada – caminhos feitos no interior da selva que levavam o seringueiro até às seringueiras – e o seringueiro, indivíduo de maior importância nos trabalhos do seringal, responsável por toda produção de borracha.

Os seringueiros viviam em condições existenciais muito duras. Embrenhados na mata, eram proibidos de pescar ou caçar para “não perder tempo”. Por isso sua alimentação constituía-se de preferência de enlatados que a eles eram vendidos pelos patrões, a preços altíssimos. Todas as despesas dos seringueiros, bem como a borracha que produziam e que enviavam ao barracão, eram registradas pelo “guarda-livros”. Dessa forma, eles ficavam sujeitos à honestidade ou não deste último e de seu patrão. Em verdade, o que ocorria era uma exploração impiedosa, ficando os seringueiros quase sempre em débito com o patrão e por isso mesmo a ele presos por mais uma temporada (ORO, 1978, p. 29).

Esses seringueiros são, via de regra, os primeiros contatos com o povo Tükúna, moradores dos igarapés de Belém, São Jerônimo, Preto e Tacana entre outros e as terras altas – não alagáveis – do Alto Solimões onde se concentravam o maior número de habitantes do povo Tükúna. Aos poucos, os seringueiros vão percebendo que suas condições de vida estão piorando cada vez mais. O trabalho no interior da selva, a dívida com o “patrão” cada vez maior, o preço da borracha que perde o valor no mercado mundial, implicará diretamente no aumento de sua dívida com o seringalista, tornando-a impossível de ser honrada. Aos poucos esses trabalhadores vão deixando os seringais, às vezes fugindo do “patrão”.



[...] Rios como Japurá/Caquetá, Putumayo/Içá e Solimões, além de outros menores passam a ser devastados por “caucheiros” em busca do látex. Cidades como Iquitos, Belém e Manaus, sedes de poderosas casas comerciais começam a participar, liderando uma rede de extração de borracha que se estende até o mais distante dos lugares na Amazônia, pois era a partir dela que fluíam gêneros para abastecimento e para elas fluíam a produção gomífera [...].

Isto nos remete a acreditar que não apenas os rios, mas também lagos e igarapés que compõem a rede hídrica da bacia Amazônia passam a fazer parte do cenário mundial. A extração do látex proporcionará a formação de uma elite comercial na figura do “Patrão” e, com ele, uma rede de endividados, composta por seringueiros que a toda sorte adentrarão a selva em busca da *Hevea brasiliensis* nativa da região.

Qual a relação da exploração do látex e a história do povo Tükúna (ticuna)? Acredita-se que esta frente de trabalho vai entrar em contato com as nações indígenas até então isoladas e também farão parte dessa grande “teia comercial”. Os nativos, conhecedores da selva, serão os novos trabalhadores que irão contribuir e fortalecer essa grande teia comercial, localizando as árvores de seringueiras nos pontos mais distantes da selva amazônica.

É bem provável, também, que durante o período em que os Tükúna (ticuna) habitavam os altos igarapés Belém, São Jerônimo, Preto, Tacana e as terras firmes, vivessem livres e independentes dos interesses comerciais dos seringalistas e seringueiros, e distantes do contato da sociedade nacional. Nesse período, o nativo poderia ser chamado de caçador, pescador e coletor de frutos silvestres encontrados no interior da selva. Praticavam uma agricultura de subsistência e o excedente era trocado entre as famílias próximas, uma vez que não conheciam a moeda. O escambo era, também, uma prática existente entre “brancos” e índios que naquela ocasião desconheciam as moedas circulantes (reis, peso colombiano e sol peruano) bem como o seu valor de mercado.

A trajetória histórica dos índios Tükúna (ticuna) permite refletir, com maior profundidade, seu mundo étnico cultural. A preservação de elementos próprios de sua cultura, tais como a língua, o mito de criação e formação e valorização do epônimo clânico, fortalecem os laços culturais, morais e tradicionais, atribuindo a cada um de seus membros uma identidade étnica que constituem valores *sine qua non* de sua existência. Vale ressaltar que a tribo guerreira dos omagua, com sua forte característica militar, dominaram, ao longo dos séculos, as margens esquerda e direita do rio Solimões, contudo desapareceram paulatinamente depois da conquista Europeia e os que sobreviveram perderam sua identidade cultural.

Acredita-se que as habilidades do povo Tükúna (ticuna) de observador, paciente, perseverante, bem como sua índole pacífica tenham corroborado, de maneira significativa, para superar todos os desafios que lhes foram impostos pela sociedade dominante, ao longo de sua história. E, talvez, por esta razão os Tükúna (ticuna), na atualidade sejam a maior nação indígena da Amazônia.

O contato direto e indireto com a sociedade dominante, com o passar dos anos, a cultura ticuna não deixou de ser praticada dentro da sociedade, entre seus membros. Mas, ao mesmo tempo, não deixou de adquirir alguns hábitos e costumes desta primeira. Não se quer afirmar com isto que uma cultura sucumbiu a outra. Nos dias atuais, percebe-se a “boa convivência” da sociedade indígena com a cultura dominante.

### **3. INDÍGENAS, EUROPEUS E MOVIMENTO: A DANÇA CULTURAL NOS PRIMEIROS SÉCULOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA**

#### **3.1. Introdução**

Os registros dos primeiros contatos entre as culturas indígena e europeia que se têm conhecimento dão conta das inúmeras sociedades indígenas residentes às margens direita e esquerda do rio Solimões-Amazonas. Segundo a historiografia, o acesso a essas sociedades foram, obrigatoriamente, através da rede fluvial, favorecida pela navegação. Esse rio possui uma característica própria. Da cordilheira dos Andes até o sua desembocadura no Oceano Atlântico, recebe inúmeros afluentes nas margens esquerda e direita e em certas partes de seu percurso, serve como divisa entre a Colômbia e o Peru.

Sua nascente em território peruano até chegar em território brasileiro recebe o nome de Marañón. Em território brasileiro, que se inicia no município de Tabatinga-AM até a cidade de Manaus-AM, recebe o nome de rio Solimões. De Manaus-AM até Belém-PA, quando as águas do rio Solimões se encontram e se misturam com as águas do Rio Negro passa a ser chamado de rio Amazonas.

Os caminhos percorridos desde o século XVI através do rio Amazonas e seus afluentes permitiram que europeus tivessem acesso e conhecimento das diversas sociedades indígenas, bem como às riquezas naturais existentes (madeira, castanha, peixes, animais silvestre, etc.). As várias expedições comerciais, religiosas e científicas revelam, também, os modelos de organizações sociais existentes anteriormente nesta região, praticadas pelas diversas sociedades existentes na região.

Estudos mais recentes nos dão conta da existência de sociedades na região amazônica de aproximadamente trinta e cinco mil anos (SCHWARCZ; STARLING. 2015).

Estes grupos sociais, contudo, não apresentam uma organização social e cultural única, pelo contrário, são marcados pela diversidade linguística, religiosa, de trabalho, de festa, de morte, apresentando estratificações sociais variadas e fronteiras que não foram respeitadas pela organização geográfica europeia.

Na região amazônica, constata Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, que:

Tudo leva a crer em uma ocupação descontínua ao longo o Amazonas, com trechos em que aldeias eram entremeadas por faixas desocupadas. As próprias aldeias variavam em tamanho e número de habitantes, mas sabe-se de outras que se estendiam ao longo do rio por sete quilômetros, e que contavam com estrutura pública e atividades político-cerimoniais. Os diversos registros mencionam, ainda, a existência de muitos recursos naturais, entre pescados e produtos agrícolas como milho e mandioca. Também a cerâmica se desenvolveu em vários desses locais, como é o caso da marajoara. Típica da ilha de Marajó, situada no estado do Pará, na foz do Amazonas, ela proliferou de 400 a 1400 d.C. Eram muitos os sistemas políticos, mas fontes revelam a vigência de cacicados e de grupos de descendência formados por aliança matrimonial. Diferentemente do que dizem as versões oficiais, a violência esteve presente desde o início do “encontro”, quando os colonizadores tomaram portos e saquearam povoados, tendo sido recebidos por guerreiros com largo aparato bélico local: canoas equipadas, flotilhas com setas envenenadas. (2015, p.44).

É fato que havia inúmeras sociedades indígenas espalhadas pela imensa geografia de terra contínua chamada inicialmente de Terra de Vera Cruz, organizadas de maneiras díspares, com um contingente populacional considerável, que ao entrar em contato com a cultura europeia iniciou um processo de hibridização cultural, sofrendo perdas, influenciando mudanças, mudando hábitos europeus, criando novos hábitos a partir da cultura europeia e, principalmente, sofrendo segregação política e social do modelo de sociedade que se afigurava como o “moderno” no início do século XVI.

A história da educação indígena do Estado brasileiro parece ser obra europeia e, mais especificamente, fruto do trabalho dos padres jesuítas. De 1549, quando desembarcaram na Bahia, até 1759, quando pelas artimanhas do marquês de Pombal foram expulsos de Portugal e de suas colônias, os jesuítas revelaram ser uma das forças mais ativas na conquista e na colonização do Brasil (BUENO, p. 50).

Os jesuítas que aqui desembarcaram trouxeram na bagagem o conhecimento acadêmico tradicional recebido na sua formação religiosa. A doutrina cristã se fará presente nos ensinamentos, por meio do catecismo, da disciplina imposta aos nativos, das primeiras horas da manhã até o entardecer. Todas as suas atividades praticadas durante o dia serão administradas pelos padres jesuítas, contribuindo para mudanças na dinâmica cultural dos ameríndios.

Como se verifica, nesse contato entre europeus e nativos houve um choque intercultural, resultante da pluralidade de culturas locais (por meio de seus mitos, lendas, costumes, crenças religiosas, organização política e social, valores éticos, etc.), quando do contato com os padres jesuítas, herdeiros da cultura europeia.

Esse choque intercultural resultante de um conjunto de elementos inter-relacionados e interdependentes das sociedades envolvidas, europeia e nativa e mais tarde a africana produziram um conjunto de valores culturais complexos que resultou na formação do povo brasileiro (RIBEIRO, 2009). Os traços característicos desse contato multicultural estão explícitos na língua portuguesa e foi iniciado com o processo de educação do período colonial imposta pelos padres jesuítas. Neste contexto, a educação ganha dimensão privilegiada e para entender a história da educação enquanto processo, devem-se conhecer as primeiras ações educativas.

### **3.2. O indígena em dois tempos: uma perspectiva histórica e antropológica**

Para as antropólogas Lilia Schwartz e Heloisa Starling, a temática indígena pode ser estudada segundo dois pontos de vista um forjado pela literatura imperial e outro pela civilidade republicana.

As autoras mostram que a monarquia representada por D. Pedro tinha conhecimento profundo da História do Brasil. Por este motivo financiava projetos de pesquisas nacionais e estrangeiras, na tentativa de formar um “novo panteão de heróis nacionais” (SCHWARTZ; STARLING, 2015).

No entanto, Coube a Gonçalves de Magalhães no seu poema épico “*A Confederação dos Tamoios*”, publicado em 1856, conferir aos nativos o título de “bom selvagem”, uma tentativa de construir a figura do herói indígena, com seus atos de bravura e gestos de sacrifício; fundir excentricidade romântica com pesquisa histórica; superar as especificidades regionais para chegar a um mito nacional.

Outro autor que contribui nesse sentido, segundo as autoras Schwartz e Starling é Baltazar da Silva Lisboa, que conta a saga da nação Tamoio, publicada em 1834. De um lado, os silvícolas catequizados; de outro os aborígenes indomáveis e livres como a natureza.

A literatura produzida por Gonçalves de Magalhães (*A Confederação dos Tamoios*), Gonçalves Dias (*I-Juca-Pirama* – que em Tupi quer dizer “o que há de ser morto”), José de Alencar (*Iracema*), (*O Guarani*), mostram como no Brasil o romantismo não foi apenas um projeto estético, mas antes um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo, ao desejo de independência cultural e à monarquia.

O indígena – a despeito de tantas perdas – surgia, pois, como exemplo idealizado de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Entre a literatura e a realidade, a ficção e não ficção, os limites pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço da literatura mítica que, ela, selecionava origens para a nova nação. Mais uma vez, distante do Brasil do século XIX, tão marcado pela escravidão das sociedades nativas, heróis brancos e indígenas convivem em ambiente inóspito e se comportam como nobres e plebeus. Se não nos títulos, ao menos nos gestos e ações.

Fazendo da literatura um exercício de patriotismo, esse gênero ganharia lugar oficial nos planos do Estado. Imagem ideal, o indígena romântico encarnava não só o mais autêntico como o mais nobre, intentando construir um passado honroso. Neste aspecto o indígena permitia selecionar uma origem mítica e estetizada, totalmente oposta à sua natureza, à sua realidade, à sua cultura. Como um bom selvagem tropical, o indígena romântico permitia a jovem nação fazer as pazes com um passado honroso, anúncio de um futuro promissor.

A Academia Imperial de Belas Artes, criada em 1826, também vai contribuir de forma significativa com o projeto romântico que proliferou e adaptou-se em outros seguimentos sociais. No plano pictórico, a Academia seria a grande responsável por uma transformação radical: o Barroco é relegado ao segundo plano e o neoclassicismo passa a imperar, sobretudo na corte e em algumas capitais. Também é na Academia que vai ocorrer à produção e a exaltação do exótico da natureza e do indígena romântico.

Os indígenas passivos e idealizados compõem a cena sem alterá-la é quase um elemento colocado à paisagem tropical. Nas amplas telas, a colonização perde seu caráter invasivo e nocivo às populações nativas, para mostrar-se como um encontro harmonioso e consensual intercultural. Tendo o indígena como símbolo, o romantismo brasileiro alcançou, portanto, grande penetração no seletivo mercado de artes nacional e internacional.

Foi a partir desta construção que o Brasil virou tropical, ao menos na representação pública, e seu Estado um espelho, um pouco deformado, da Europa. Alicerçado na cultura do café e do tabaco e, cercado de alegorias, coroado como um César em meio a coqueiros e palmeiras, rodeado por livros e símbolos da cultura erudita, Pedro II foi transformado em sinônimo da nacionalidade, sobretudo num momento em que a política mais parecia exercício de calma. No entanto, logo surge o Partido Republicano e, o que era calma, entra em conluio as autoras de *Brasil: uma biografia* (SCHWARTZ; STARLING, 2015).

Em um segundo momento da história do Brasil Schwartz e Starling enfatizam os primeiros atos da República brasileira iniciada em 1889. De acordo com as autoras, os excluídos que a República criou pode-se inserir os indígenas, parcela da sociedade que esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos.

Se durante o Brasil Império o interesse foi mais retórico do que pragmático, obedecendo a uma formalidade oficial emanada da corte imperial, com a República o apagamento dos valores culturais nativos seriam ainda mais evidentes.

Foi somente a partir 1880 que teve início no Oeste Paulista o processo de demarcação de terras das tribos Guarani, Xavante e Kaingang. E, se as duas primeiras nações foram “integradas”, mesmo que ao preço de ser dizimada culturalmente, a última resistiu à invasão

de suas terras. O auge do confronto se deu em 1905, com a construção da estrada de ferro construída no Noroeste do Brasil<sup>4</sup>.

A resistência indígena foi longa. A situação só foi controlada em 1911, depois de esse grupo ter sido praticamente exterminado e a intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). Cabe lembrar que à frente dessa instituição estava Cândido Mariano Rondon, militar e sertanista. Foi Rondon quem cumpriu o papel de incorporar a Amazônia efetivamente à nação, não só por meio do telégrafo como mapeando o local, desbravando terras e estabelecendo um primeiro contato com os indígenas.

No final do século XIX a Amazônia é redescoberta por expansão da borracha, e a questão indígena deixará de vincular-se ao tema da mão de obra escrava para se configurar como um problema de terras.

Parece bem claro na exposição das antropólogas Schwartz e Starling que o Brasil apresenta a questão indígena em dois momentos: o primeiro durante o período monárquico (Brasil Império) e o segundo a partir da Proclamação da República. Se no primeiro momento a imagem do indígena é construída e associada ao romantismo – ocultando séculos de cultura escravizada – na sequência, com a chegada da Proclamação da República, a questão em pauta é a demarcação das terras indígenas, luta que terá mais uma vez o sacrifício dos nativos contra os invasores e senhores latifundiários.

Com essa exposição, compreende-se tacitamente a luta da sociedade Tükúna (ticuna) para se tornar proprietária de suas terras, localizada no extremo norte do país, distante dos órgãos de decisões políticas da União. Talvez o grande desafio que se apresenta a essa sociedade seja o domínio da terra e, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente. Daí os motivos pelos quais os Tükúna (ticuna) tão tardiamente recebem do Governo Federal a posse de suas terras nos limites do município de Tabatinga-AM.

### **3.3. Jesuítas, Capuchinhos, Catequese: caminhos percorridos pela educação na região do Alto Solimões, Amazonas**

Na obra *Filosofia e História da Educação Brasileira*, observa-se que: “A educação escolar no período político do Brasil Colônia passou por três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas realizadas pelo Marques de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a época de D. João VI no Brasil (1808-1821), quando então nosso país foi sede do Império Português.” (GHIRALDELLI, 2009, p. 1). Seguindo essa linha de pensamento, Mariana Kawall Leal Ferreira em seu ensaio *A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil* (2009), organiza os séculos de educação pelas quais passara as diversas etnias brasileiras em quatro fases: a) catequese e educação a serviço do aniquilamento cultural no Brasil colônia; b) a integração dos índios à comunhão nacional: do SPI à FUNAI, SIL e outras missões religiosas; c) a formação de projetos alternativos de educação escolar: da participação de organizações não governamentais aos encontros de educação para índios; d) experiências de autoria: da organização do movimento indígena aos encontros de professores indígenas.

Os trabalhos abordados nos mostram que as autoridades representantes da coroa real portuguesa presentes na Colônia, nessa primeira fase da educação imposta aos povos nativos, se comparado aos padrões atuais, muito fica a desejar no que se refere à qualidade de ensino. Não se quer, com isso, fazer julgamento dos padrões educacionais daquela época em análise

---

<sup>4</sup> a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando as cidades de Bauru (SP) e Corumbá (MS), introduziu toda a região oeste do estado de São Paulo ao sistema agroexportador e ao povoamento, além de integrar e dinamizar as economias do atual estado de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso.

comparativa com a sociedade contemporânea, uma vez que não é a finalidade deste trabalho, contudo, a historiografia da educação indígena colonial tinha claros objetivos: a expansão do cristianismo nos domínios coloniais e, por estar sob os auspícios da coroa real portuguesa, atender aos anseios dos colonizadores, principalmente, na falta de mão-de-obra.

A dificuldade para se encontrar registros desse período histórico nos leva a acreditar que inexistia questionamento junto às lideranças indígenas se era do seu interesse receber a educação proposta pelos jesuítas. Vejamos o que comenta Bueno “[...] desde o primeiro dia, 29 de março de 1549, padres e colonos entraram em choque, como pastores lutando por uma manada arredia. Para os colonos, os nativos eram mão de obra indispensável, barata e servil – mero gado humano. Para os jesuítas, era um rebanho desgarrado que precisava ser conduzido ao seio da cristandade.” (p.53/54). Toda cultura nativa acumulada durante séculos de história, diante das práticas impostas pelos europeus parece não ter sido levada em consideração.

Constata-se, também, um paradoxo nas ações praticadas pelos colonizadores portugueses junto às etnias existentes no território colonizado, favorecendo, do ponto de vista dialético, a destruição de valores culturais, ao mesmo tempo em que se percebe a inserção de outros no seio da sociedade dominada. Algumas tradições primitivas foram preservadas (danças, rituais, línguas, mitos, etc.), enquanto outras foram inseridas (moeda, novas línguas - portuguesa e espanhola -, vestimenta, arma de fogo etc.).

As metodologias de ensino aplicadas pelos jesuítas alicerça esta hipótese, pois foram capazes de combater o canibalismo, a poligamia, e o nomadismo – e, assim, provocar a “desestruturação cultural” de inúmeras tribos e à extinção de outras tantas. Por outro lado, foi graças à ação dos jesuítas que a língua e a gramática tupi acabaram sendo registradas e preservadas (BUENO, p. 50).

Neste mote e baseado nos ideais positivistas, a educação indígena brasileira do período colonial se estruturava com base nos conhecimentos empíricos existentes no continente europeu, no interior dos padrões conservadores dos mosteiros. Os nativos foram submetidos a um projeto que refletia claramente este ambiente monástico e militante: –era uma reinvenção autoritária da paisagem e do espaço.

Na própria escolha do nome que batizou a empresa, o plano dos jesuítas se esclarecia: em latim e em espanhol, “redução” significa “reagrupar o que se encontra disperso”. A ideia, portanto,

[...] era reduzir (ou reunir) os Guarani à vida cívica e à Igreja. [...] assim, ali, a vida cotidiana se assemelhava à de um quartel: o sino tocava antes de o sol raiar e a missa era celebrada para todos. Depois da distribuição de papa de milho, as crianças a partir de sete anos iam para escola. (BUENO p. 56/57)

As considerações expostas sobre o primeiro momento da história da educação indígena do Estado brasileiro, a forma como foi implantada e os objetivos a que esta atendia, parecia deixar claro os interesses europeus, colonizadores dessas terras e de seus habitantes. Desta forma, nos leva a crer que esse processo iniciado na Bahia e nos estados do Centro Sul do território brasileiro, chegara ao atual estado do Amazonas mais tardiamente. Isto porque todas as lutas iniciadas em território europeu – principalmente entre Portugal e Espanha (União Ibérica 1580-1640) tinham reflexo imediato em suas possessões além mar.

Poderíamos citar outros exemplos de conflitos do continente europeu que teve significado histórico: a invasão napoleônica que resultou na vinda da família real portuguesa, em 1808, para o Brasil; a anexação do estado do Acre ao território nacional em 1903/1904, alterando significativamente a geografia do Estado brasileiro, a presença do padre jesuíta Samuel Fritz na calha do rio Solimões.

Os jesuítas participaram da educação indígena na Amazônia Colonial, seguindo as calhas dos rios Madeira, Negro, Amazonas e Solimões. Parece que todas as etnias que

habitavam as margens dos rios tiveram contato, inicialmente, com os padres jesuítas. Os nativos conhecedores das riquezas naturais existentes na Amazônia concederam aos seus “educadores” o conhecimento e a forma como extraí-las.

A educação colonial implantada pelos jesuítas no Alto Solimões nos parece não ter recebido o mesmo tratamento dado às missões instaladas no sul do país. No Alto Solimões não encontramos as edificações e a arquitetura erguida pelos missionários Jesuítas na região Sul. Entretanto, é fato que a atuação desses missionários iniciou-se por meio da catequese o processo de educação.

Acredita-se que a educação consistia na tentativa de persuadir os adultos a aceitarem os seus propósitos. Trabalho esse nem sempre bem sucedido. É a partir de então que investem nas crianças daquela época, para conquistar todos quando se tornassem adultos. Usando como recursos atrativos o teatro, música, poesia, dança, diálogo em verso, incutem a moral e a doutrina cristã na mente dos curumins. Em consequência, essa estratégia provoca um “choque” intercultural entre valores da cultura nativa e do colonizador.

O ensino itinerante implantado pelos padres jesuítas incluía também, o trabalho e a construção de uma cruz, símbolo maior do cristianismo. Paralelo a todas essas atividades programadas pelos jesuítas, acredita-se que falar a língua nativa era tarefa importantíssima a fim de facilitar a comunicação.

João Pacheco de Oliveira, em *Regime Tutelar e Faccionalismo. Política e religião em uma reserva Ticuna* (2015), mostra que nesse mesmo período, “os índios que foram reunidos em missões no Alto Solimões eram predominantemente Omáguas, abrangendo também outras tribos: Aiaurés, Cocamas, Xebecos, etc., (...). Os Tükúna (ticuna) e aglutinaram em povoações entre 1683 a 1727, ocorrendo lentamente e paralela a extinção dos Omáguas”( OLIVEIRA 2015, p.56).

Outra obra, *O diário do padre Samuel FRITZ*, nos mostra que os documentos históricos fornecem informações controvertidas sobre a fundação de aldeias no Alto Solimões. Este espaço era disputado pelas Coroas de Portugal e Espanha. As aldeias, fundadas a partir da interferência dos missionários (jesuítas e carmelitas) sobre as relações sociais e a especialidade indígena, passaram, no século XVII, do domínio português para o domínio espanhol e vice-versa, ao sabor dos conflitos armados e dos acordos que fixaram as fronteiras entre dois domínios no Médio Solimões, visto como um exemplo característico de “fronteira móvel” (PINTO, p. 237).

Samuel Fritz esclarece ainda que, “a expansão territorial portuguesa implica relações de força (armada ou simbólica) com os diversos povos indígenas, cuja forma de organização territorial caracterizada pelos cronistas como “Províncias”, termo político administrativo que indica reconhecimento de fronteiras entre diferentes territórios ocupados por etnias indígenas contrastivas [...]” (PINTO, 2006, p.240-241).

Do ponto de vista histórico e geopolítico essa questão de fronteiras entre os países limítrofes terá sua consolidação a partir do início do século XX, embora as negociações tenham iniciado no século XVIII com o Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha (NETO, p.503). Segundo esses autores:

Os mapas daquela época indicam que somente a margem direita do Rio Solimões, acima da confluência do Rio Japurá no ponto onde fica hoje a cidade de Tefé, pertencia a Portugal, e que a margem esquerda seria território espanhol. Um século antes, em 1641, a expedição portuguesa liderada por Pedro Teixeira atinge a confluência do Rio Napo com o Rio Marañon, muito acima da atual fronteira, cerca de 300 quilômetros. Contudo, teve que recuar diante das pressões até o lugar onde foi construído o **Forte São Francisco Xavier de Tabatinga**. (2015 p. 503); (grifo nosso).

Para FRITZ,

[...] Tefé teria sido uma das últimas missões fundadas pelo jesuíta austríaco Samuel Fritz, que percorreu entre 1686 a 1688 a distância compreendida entre a Boca do Rio Napo e a Boca do Rio Negro, fundando missões que passavam a ser confiadas a Jesuítas que acreditavam trabalhar sob os domínios de Espanha (PINTO, 2006, p. 243).

Em face da escassez de registros desse período histórico da colonização e educação dos povos indígenas, a localização das antigas aldeias é objeto de divergência na sociedade letrada de Tefé nos dias atuais (NETO, p. 242).

Contudo, a ação da igreja católica em todas as regiões do país parece não deixar dúvida quanto à forma de educar e o significado que esta representou. De um lado às diversas etnias existentes, e de outro, os interesses coloniais.

Na região Norte, seguindo a calha do Rio Solimões em direção ao Peru, os capuchinhos mapearam, geograficamente, os pontos estratégicos, localizando os grupos indígenas existentes e, ao que tudo parece, o interesse e o propósito religioso de salvar as almas, ocultava, também, o perigo em perder espaço diante da expansão das igrejas protestantes, como nos informa a obra *A igreja sobre os rios – missão dos capuchinhos da Úmbria no Amazonas* (2012), de autoria de Mário Tosti:

Por trás do sacramento se escondia a preocupação que junto com os dólares americanos teriam chegado ao Brasil também os protestantes: “tudo isso devemos prever e temer uma coisa gravíssima: com a invasão do capital americano subjacente será a invasão protestante [...]. Isto acontecendo, não seremos nós pobres missionários capuchinhos, que poderemos enfrentar a potência do dólar americano” (2012, p. 214).

Atento e observador das dinâmicas político-econômicas da sociedade os padres capuchinhos tinham percebido que há anos os cientistas, exploradores e pesquisadores americanos, auxiliados por autoridades governamentais, tinham iniciado a percorrer o território amazônico “para estudar e descobrir aquilo que todo mundo sabia, não excluindo os americanos do Norte, isso é, que o terreno do vale amazônico é adaptadíssimo às plantações da *Hevea brasiliense*” (TOSTI, 2012, p. 214).

No início da segunda década do século XX, os padres capuchinhos nos conduzem a refletir e a acreditar que são os responsáveis pelas edificações de igrejas e escolas na região do Alto Solimões. A partir de então, a educação indígena iniciada pelo padre Samuel Fritz no século XVII deixará de ser passageira e/ou “efêmera” – uma vez que a presença de missionários jesuítas daquela época na região do Alto Solimões se fazia insuficiente diante da necessidade de padres para cobrir todo espaço geográfico – e se tornará perene, com a presença cada vez maior dos representantes da ordem capuchinho.

O município de Tonantins é escolhido pelas autoridades religiosas como primeira residência da missão, passando em seguida para o município de São Paulo de Olivença e Remate de Males, esta última localizada dentro do rio Javari. Mais tarde a missão religiosa decide se instalar na foz do rio Javari, onde hoje está localizado o município de Benjamin Constant. (TOSTI, 2012).

A construção das primeiras escolas nos municípios do Alto Solimões permitirá aos padres capuchinhos residirem e, ao mesmo tempo, conviver com as etnias locais. O ensino da língua portuguesa passará, a partir de então, ser mais constante por meio dos ensinamentos do catecismo.



Esse encontro de culturas – que vinha sendo realizado desde o século XVII – passa a se intensificar com a edificação de igrejas e escolas. Os grupos indígenas próximos ou distantes dos municípios passaram a receber assistências educativas e, ao mesmo tempo, proporciona um “novo olhar” aos valores culturais.

## 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1. A Construção Metodológica da Pesquisa

O primeiro passo, em busca da construção do conhecimento, baseado em um determinado local de interesse do pesquisador frente à sua visão de mundo e dos valores que direcionam suas ações pessoais, profissionais e acadêmicas, configuraram um desafio a ser superado.

A experiência como docente do município de Tabatinga colocou-me à frente dos problemas de ensino/aprendizagem enfrentados pelos alunos em geral e em especial pelos de origem indígenas. Em busca de alternativas que pudessem minorar e/ou solucionar os problemas, passou a se configurar com a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, que iniciou suas atividades acadêmicas em 2010 e que desenvolve atividades apoiadas na trilogia ensino, pesquisa e extensão.

A ideia de elaborar um projeto voltado para compreender aquela realidade tomou forma, quando foi aprovado no PPGEA/UFRRJ, este trabalho de pesquisa. O passo seguinte foi fazer o levantamento teórico bibliográfico que desse alicerce teórico metodológico às pretensões deste trabalho.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Na construção do referencial teórico metodológico, nos apropriamos do aporte teórico de vários autores, destacando-se: João Pacheco de Oliveira Filho, Curt Nimuendajú, Claude Lévi-Strauss, Roberto Cardoso de Oliveira, Darcy Ribeiro, Ari Pedro Oro, Arthur César Ferreira Reis e Samuel Benchimol, que contribuíram de forma significativa no desenvolvimento desta pesquisa enriquecendo nossos conhecimentos a respeito das culturas indígenas.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL, 2006, p.65).

### 4.2. Os Critérios de Escolha dos Participantes da Pesquisa

As reuniões para escolha dos participantes desta pesquisa ocorreram primeiramente com a quiescência da minha orientadora. Em seguida passamos a agendar as reuniões com o representante da FUNAI, com o cacique de Umariáçu e com o gestor da Escola Estadual Almirante Tamandaré.

Com a coordenação da FUNAI foram realizadas duas reuniões onde tratamos da autorização para a realização da pesquisa; na reunião seguinte para entrega de formulários e orientações de como proceder junto a uma comunidade indígena.

Com o cacique de Umariáçu nós tivemos vários encontros. Entretanto, a primeira reunião foi a mais formal. Para elucidar o meu trabalho de pesquisa, fui convidado a participar de uma reunião, no centro comunitário. Foi nesta ocasião que apresentei o meu projeto de pesquisa para a comunidade e recebi a autorização do cacique e todos os presentes à reunião.

A partir de então, o trabalho de pesquisa junto aos alunos, tornou-se facilitado porque eu era reconhecido pelos membros da comunidade e sempre os recorria quando precisava falar com nossos entrevistados.

Promovemos uma reunião com o gestor da Escola Estadual Almirante Tamandaré, para tratarmos do Estágio Pedagógico. Era de minha escolha realizar o Estágio Pedagógico (uma das exigências de formação do PPGA/UFRRJ) naquela escola, por estar localizada na comunidade indígena de Umariáçu, ocasião que me oportunizava aproximar do público alvo de minha pesquisa de caráter exploratória.

Na busca de conhecer melhor meu objeto de estudo, Gil (2002, p. 41) fornece a seguinte contribuição:

Pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. [...].

A escolha do título deste trabalho: Um Instituto Federal no Interior da Amazônia: Impactos da Educação Tecnológica e Profissional em uma comunidade Tükúna (ticuna) do Alto Solimões trouxe consigo, o interesse de desvendar caminhos percorridos por jovens e adultos no processo educativo e identificar atores eleitos nesta pesquisa que possibilitem apontar soluções, sobretudo de interesse social.

A abordagem e desenvolvimento do tema se deram também por meio da aplicação e prática de método de pesquisa documental, entendendo a pesquisa a partir da seguinte concepção:

A pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. Logo, as fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas. Entretanto, há pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. (GIL, 2002, p. 87).

Nesta mesma linha de pensamento metodológico, outro autor nos informa o seguinte:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em o fato ou o fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.174)

De posse deste suporte teórico metodológico primário procuramos as instituições como a FUNAI, para nos fornecer autorização na execução da pesquisa de campo. Fomos a Escola Estadual Almirante Tamandaré, localizada na comunidade indígena, para solicitar o histórico da escola. Na Câmara Municipal de Tabatinga, procuramos o presidente da entidade e solicitamos o histórico dos vereadores da etnia Tükúna (ticuna) Eleitos.

Fizemos uma visita ao Museu Magüta no município de Benjamin Constant a procura de documentos sobre a cultura indígena Tükúna (ticuna), e lá, com autorização do diretor do Museu, fizemos registro fotográfico da exposição cultural.

Procuramos fazer contato com o presidente da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues (OGPTB), para tomar conhecimento das propostas e objetivos que a entidade desenvolve junto às escolas indígenas da região.

No IFAM Campus Tabatinga procuramos a Coordenação de Pesquisa e Extensão do Campus, para nos fornecer informações das atividades de extensão desenvolvidas junto a turma do PROEJA indígena e, no Registro Acadêmico solicitamos informações do número de alunos indígenas matriculados. Foi analisado também o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAM, através no site oficial [www2.ifam.edu.br/](http://www2.ifam.edu.br/) onde encontramos a história da instituição e as propostas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e gestão da instituição. Foi investigado também o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Proeja Indígena.

Foram analisadas também legislações importantes, tais como: - a Constituição Federal de 1988, a única na história do Brasil que legisla em prol da causa indígena, em seu Artigo 321 reconhece o direito de todas as etnias deste país. Todos os documentos apontados que se denomina fonte primária corroboraram na perspectiva de desenvolvimento deste trabalho; - a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, e os artigos de tratam da educação indígena.

Destacamos ainda a análise do site do IBGE/2010, onde tivemos informações do quantitativo de indivíduos da etnia Tükúna (ticuna) e sobre a sua representação no Brasil, no Estado do Amazonas e no Município de Tabatinga.

As informações fornecidas pelo Registro Acadêmico (RA) do Campus Tabatinga referentes ao número de alunos regularmente matriculados no curso técnico de nível médio em Agropecuária na forma integrada EJA/PROEJA, 2015/2, eram vinte e oito (28). Desse total, vinte e seis (26) foram aprovados; um (1) reprovado por falta e um (1) encontra-se em recuperação de disciplina.

Os fatores que levaram o pesquisador a considerar essa turma alvo de sua pesquisa, levaram-se em conta as seguintes considerações: pertencerem a mesma etnia Tükúna (ticuna); alunos maiores de dezoito anos, saber ler e escrever na língua portuguesa; entender a língua portuguesa na forma oral; dentre os alunos muitos serem pais de famílias; no grupo de aluno existir o ex-cacique e um cacique no exercício da “função”. Pelas características apresentadas pela turma de alunos, a amostra foi considerada significativa pelo pesquisador e levada em consideração pelos orientadores.

### **4.3. A Composição dos Instrumentos e o Processo de Coleta da Investigação**

Tratando-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa quanto à abordagem e de uma pesquisa aplicada e de caráter exploratório quanto aos objetivos da investigação. Buscou-se instrumentos que pudessem explorar o cenário de investigação, considerando as particularidades e o aprofundamento dos fatos necessários à análise.

Como instrumento de coleta de dados da pesquisa exploratória nos servirmos de questionários, com perguntas abertas e fechadas, para atender os nossos objetivos específicos.

A elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário. Todavia, é possível, com base na experiência dos pesquisadores, definir algumas regras práticas a esse respeito: a) as questões devem ser preferencialmente fechadas, mas com alternativas suficientemente exaustivas para abrigar a ampla gama de respostas possíveis; [...]. (GIL, 2002, p.116).

Quanto às possíveis limitações na aplicação de questionário, Gil (2002, p. 116) destaca:

- o) convém evitar as perguntas que provoquem respostas defensivas, estereotipadas ou socialmente indesejáveis, que acabam por encobrir sua real percepção acerca do fato;”
- p) na medida do possível, devem ser evitadas as perguntas personalizadas, diretas, que geralmente se iniciam por expressões do tipo "o que você pensa a respeito de...", "na sua opinião..." etc., as quais tendem a provocar respostas de fuga;
- q) deve ser evitada a inclusão, nas perguntas, de palavras estereotipadas, bem como a menção a personalidades de destaque, que podem influenciar as respostas, tanto em sentido positivo quanto negativo; [...].

O roteiro da pesquisa disposto no anexo A foi composto de 16 questões abertas e fechadas, apresentadas primeiramente ao meu co-orientador, a minha orientadora que contribuíram no aperfeiçoamento do instrumento. Aliou-se a realização de um pré-teste, quando foi possível ajustar pormenores das questões na condução de sua aplicação.

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer se sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *back-ground* ao campo do interesse, como também para evitar possíveis duplicidades e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 174).

Manifestou-se então, a inquietação de como seria o impacto que a educação técnica profissional provida pelo IFAM – Campus Tabatinga, causaria à comunidade e, como os atores – alunos – visualizavam as estruturas físicas, o processo de ensino aprendizagem desenvolvidos pelos docentes, diante de uma cultura tradicional.

“Entendendo por métodos etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e então limitados a um domínio particular” [...]. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 106).

A flexibilidade da pesquisa documental e exploratória trouxe também benefícios a este estudo, haja vista a possibilidade de ajustar a pesquisa à realidade do fenômeno investigado, tendo como marco a existência recente da instituição de ensino pesquisada.

Compuseram os recursos e procedimentos técnicos deste estudo, as pesquisas documental e bibliográfica que proporcionaram o embasamento para o aporte teórico na elaboração do problema, tornando a reconstrução histórica possível e os relatos dos investigados compreensíveis, com ajuda de questionários com perguntas abertas e fechadas.

#### **4.4. Os objetivos da pesquisa**

A trajetória percorrida na formulação dos objetivos com vista a responder ao propósito da pesquisa foi considerada um desafio pelo pesquisador, co-orientador e pela orientadora.

A partir dos referenciais teóricos foi possível o amadurecimento das questões de estudo e do público alvo. Diante da autorização institucional e mediante o contato junto à instituição

de ensino no local da investigação revelou um contexto particular e promissor para o desenvolvimento deste trabalho.

A respeito da definição da metodologia de pesquisa qualitativa foi cercada de cuidados para que atendesse, através dos métodos e técnicas, o propósito de responder aos objetivos geral e específico, os quais se constituíram:

Objetivo Geral: Analisar as possíveis contribuições que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Tabatinga proporcionou à comunidade de Umariáçu II e quais impactos desta formação educacional na vida daquela comunidade.

Diante do desafio de alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os objetivos específicos, como se segue:

- Caracterizar historicamente a comunidade Tükúna (ticuna) de Umariáçu II, Tabatinga - Amazonas, Brasil.
  - Descrever as políticas públicas de educação indígena no Brasil, com ênfase ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA INDÍGENA).
  - Analisar as principais atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelo IFAM para a Comunidade Tükúna (ticuna) de Umariáçu II, com ênfase ao curso técnico de nível médio em Agropecuária na forma integrada EJA/PROEJA.
- Investigar como a formação oferecida aos egressos do curso de Proeja Indígena pelo IFAM - *Campus* Tabatinga pode contribuir à comunidade de Umariáçu II.

Com estes caminhos metodológicos buscou-se não só percorrer a trilha do conhecimento e os impactos que a educação técnica profissional do IFAM – *Campus* Tabatinga promoveu junto à comunidade indígena de Umariáçu, mas, sobretudo oferecer um outro olhar sob a perspectiva do aporte teórico orientador e referenciada nos resultados encontrados neste estudo.

Ao observarmos a localização geográfica, política, econômica e educacional em que está inserida a comunidade indígena Tükúna (ticuna) de Umariáçu II, percebe-se o grande desafio que o povo dessa etnia enfrenta, para preservar o seu patrimônio histórico cultural. A língua Tükúna (ticuna) falada pelo seu povo está em contato direto com a língua portuguesa e a língua espanhola falada pelos colombianos e peruanos que fazem parte da tríplice fronteira (Brasil – Colômbia – Peru).

Os “parentes”, como são chamados os indígenas da mesma etnia que vivem em território colombiano e peruano, entram em contato direto, para tratar de casamentos de interesses das famílias, levando em consideração o aspecto patrilinear característico da sua etnia. Assim é possível preservar, em pleno século XXI, uma cultura tradicional, capaz de superar ao longo de sua trajetória histórica guerras travadas contra os belicosos Omagua, os interesses dos seringalistas e os “assédios” da sociedade nacional dominante.

Sua crença no mito de criação ainda se faz presente no seio social do povo Tükúna (ticuna). Em nossa pesquisa de campo, procuramos conversar com membros da comunidade que nos dessem informações a respeito de suas origens. Ainda existe o local sagrado conhecido como “Igarapé *Eware*, situado nas nascentes do igarapé São Jerônimo (*Tonatiü*), tributário da margem esquerda do rio Solimões”, segundo Oliveira Filho (1999, p. 24). Nesse local se deu a origem do povo Tükúna (ticuna), pescados pelos seus “deuses” mitológicos Yoi (Djoi) e Opi (\*\*utilizar nota de rodapé com o mito de criação). Quando falam dessa região e de seus criadores se percebeu o respeito com que se referem tanto ao local quanto aos seus deuses de criação.

Quando falam de seu passado de lutas dos “parentes” que sofreram o flagelo da escravidão a foram submetidos pelos seringalistas, no processo de extração do látex, às vezes faltavam palavras para definir o sofrimento de seu povo.

Dentro da comunidade, não se observa o diálogo entre seus membros a utilização da língua portuguesa ou espanhola. No mercado localizado no centro do município de Tabatinga, entre os Tükúna (ticuna) a língua materna se faz presente entre os jovens e adultos que ali se encontram vendendo seus produtos. Essa “identidade” clânica parece fortalecer os laços intertribal que é uma característica marcante do povo Tükúna (ticuna). Seguindo esta mesma linha pensamento, a festa da moça nova bem como as roças comunitárias – também conhecidas como ajuri – são formas encontradas pelo povo Tükúna (ticuna) para tornar viva e presente sua cultura secular.

Mesmo “assediados” pelo poder do capitalismo da sociedade envolvente, no processo de compra e venda de produtos de sua própria produção artesanal, principalmente frutos, peixes e bananas e ainda o contato com as moedas circulantes no mercado (real no Brasil, peso na Colômbia, sol no Peru), os Tükúna (ticuna) conseguem “ser e se manter” dentro de suas tradições culturais.

Quando uma mulher Tükúna (ticuna) casava-se ou casa-se com um indivíduo que não pertence aquele povo indígena e, portanto não tenha um clã, a mulher mais idosa da família do pai, escolhe um clã para o marido, a fim de que os filhos destes passem a pertencer o mesmo clã do pai da esposa do “estrangeiro”, seguindo o epônimo patrilinear. E dessa forma o povo Tükúna (ticuna) consegue manter presente seus costumes e tradições.

#### **4.5. Limitações da Pesquisa**

Encontramos alguns limitadores desta pesquisa, como tempo, as condições de enchentes do grande Rio Solimões e a dificuldade de acesso à comunidade por via terrestre face a lama e os buracos que se formavam na estrada, não contribuíram para que o pesquisador pudesse aprofundar mais no desenvolvendo deste trabalho.

Como marco limitador desta pesquisa, apontamos a falta de tempo hábil para desenvolver uma pesquisa oral, de forma a aprofundar o modus de vida dos alunos. Assim não consegui conjugar as exigências da pesquisa oral com os ônus profissionais como professor do IFAM - Campus Tabatinga. Entretanto, a observação de campo foi feita em várias visitas técnicas realizadas à comunidade.

## 5. ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA:

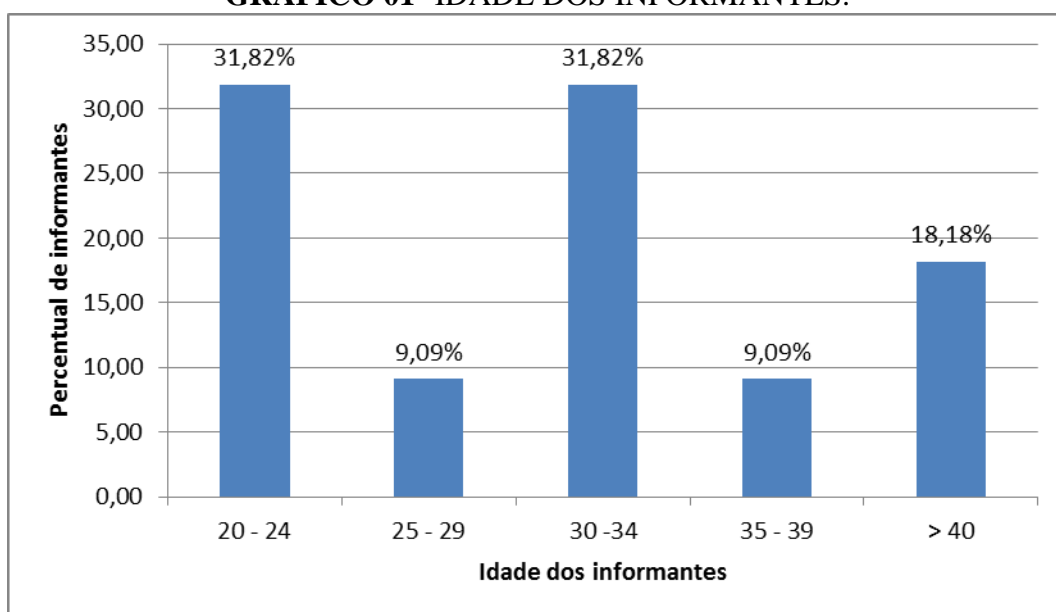
### 5.1. O perfil do Curso Técnico em Agropecuária do IFAM Campus Tabatinga

Os dados abaixo foram descritos a partir dos resultados do trabalho de pesquisa realizado com alunos da etnia Tükúna (ticuna), matriculados no curso Técnico em Agropecuária, forma subsequente, modalidade EJA/PROEJA Indígena, ofertado pelo IFAM – Campus Tabatinga-AM, em 2015.

Pioneiro nesta modalidade de ensino no país, o curso Técnico em Agropecuária nos apresentou uma realidade entre os Tükúna (ticuna) que nos permitiu refletir sobre as metodologias de ensino, traçar novas metas políticas de educação profissional que pudessem identificar a ação do Instituto Federal do Amazonas em comunidades vulneráveis, bem como abordar as razões da exclusão de parcela da sociedade dos mundos do trabalho.

Neste sentido, este trabalho realizou uma ida a campo na tentativa de identificar a comunidade estudada, bem como, caracterizar o universo pesquisado. Assim, apresenta-se o gráfico a seguir identificando a idade dos entrevistados sem, entretanto, fazer menção de quaisquer identificações.

**GRÁFICO 01- IDADE DOS INFORMANTES:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Como podemos observar, a maioria dos entrevistados está na faixa etária dos vinte a trinta e quatro anos, divididos em dois grupos: de vinte a vinte e quatro (20-24) e de trinta a trinta e quatro (30-34) anos. A soma desses grupos equivale a 63,64% do total de entrevistados. A média de idade apresentada pelos estudantes foi de 24,72 anos, o que denota ser um público jovem.

Outra realidade que chamou a atenção foram dois alunos: um com oitenta e dois anos e outro com cinquenta e um anos de idade. Estes estudantes foram responsáveis pelo aumento da média de idade para maior, e a menor idade apresentada nos remete à dura realidade de alunos fora da idade/série, qual seja, 20 anos.



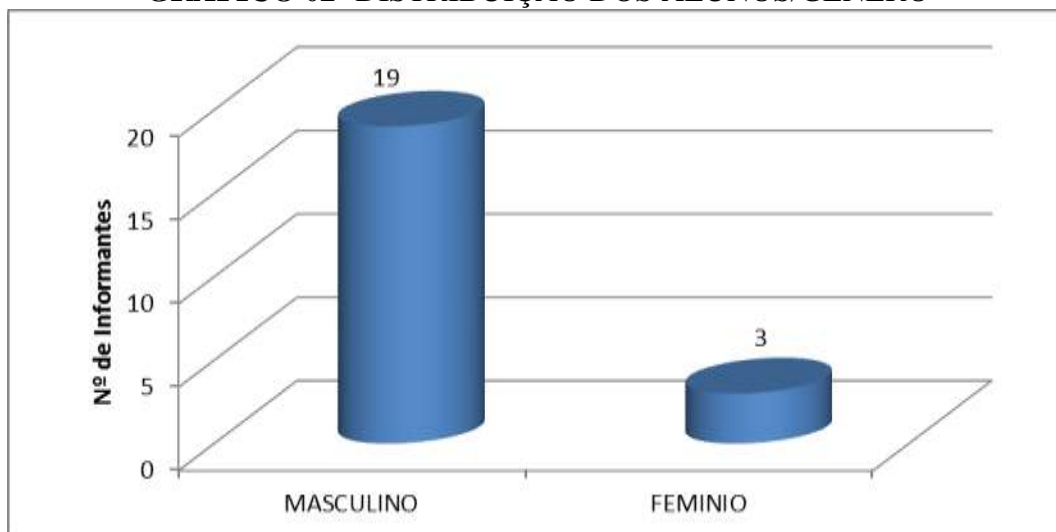
Muitos desses alunos estavam há muito tempo esperando uma oportunidade para estudar. As oportunidades apresentadas ficavam limitadas na Universidade do Estado do Amazonas – UEA e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, esta última localizada no município de Benjamin Constant-AM.

O acesso a essas universidades é feito pelo exame do vestibular. Outro entrave parece ser a concorrência existente, haja vista que estas Instituições de Ensino Superior atendem todos os municípios do Alto Solimões (Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antonio do Içá e Tonantins) bem como alunos de outros municípios de migram para Tabatinga-AM.

Para esses alunos fora da idade série e com bastante tempo distante da vida escolar, as dificuldades eram maiores. Neste aspecto, o IFAM – Campus Tabatinga preencheu uma lacuna quando ofertou o curso técnico em agropecuária à comunidade e possibilitou a formação de um grupo de alunos que talvez não alimentassem mais a esperança de voltar para o interior da sala de aula.

A seguir apresentaremos a distribuição do número de alunos do sexo masculino e feminino matriculados no curso Técnico em Agropecuária na modalidade EJA/PROEJA Indígena.

**GRÁFICO 02- DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS/GÊNERO**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Percebemos neste gráfico que o universo masculino foi predominante. Dos vinte e dois entrevistados, dezenove eram do sexo masculino e apenas três do sexo feminino. Este quantitativo equivale a 86,36% de homens e 13,64% de mulheres. De acordo com os dados do IBGE (2010), a sociedade Tükúna (ticuna) de Umariáçu apresenta uma população de (51%) de homens e (49%) de mulheres.

Esses números levam a discutir o papel da mulher na comunidade Tükúna (ticuna), uma vez que os dados apresentados pelo IBGE identificam uma comunidade equilibrada do ponto de vista do número de habitantes masculino e feminino, já em relação aos estudantes do curso técnico em Agropecuária, identifica-se uma maioria masculina. Percebe-se que há uma nítida distinção social entre os sexos na comunidade Tükúna (ticuna), senão vejamos:

A divisão sexual do trabalho é o suposto da produção e tem nas atividades femininas o ponto basilar da organização do trabalho. Na etnia ticuna da Amazônia brasileira a

mulher é preparada para realizar o trabalho de artesã. Nessa etnia as fundações de vida e de morte, as ações do cotidiano, o trabalho e as relações sociais são recortados pelo simbolismo. Homens e mulheres desempenham papéis sociais baseados em valores mitológicos que constituem o seu acervo cultural. O trabalho é visto como um fator de maturação e desenvolvimento social para as mulheres, que só são desobrigadas das atividades laborais aos 60 anos de idade, momento em que elas vão assumir outras funções como conselheiras, dando palpites sobre o que fazer em determinadas situações e até impedindo as guerras. (TORRES, 2007, p. 3)

Outrossim, nas reuniões realizadas no centro cultural existente na comunidade de Umariáçu, não se observa a presença do gênero feminino. Em várias ocasiões, no exercício da função de Coordenador Geral de Ensino do IFAM, *Campus* Tabatinga, fomos convidados a tomar parte de discussões sobre a educação dos jovens indígenas que ingressaram nos cursos de Administração, Agropecuária, Informática e Meio Ambiente, nas modalidades integrada e subsequente, e a presença dos homens nas reuniões era significativa, ao passo que as mulheres quase não participavam das discussões.

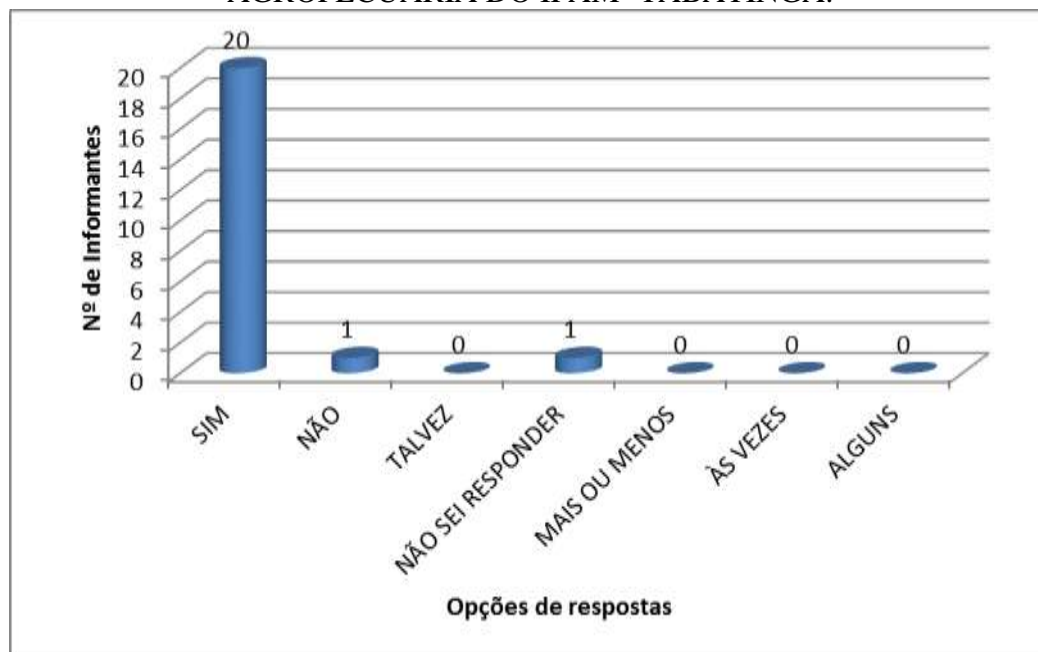
Nas pesquisas bibliográficas que serviram de base teórica para este trabalho, encontramos em Curt Nimuendajú vestígios que caracterizam a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Na confecção de artesanato, por exemplo, pouco se observa o trabalho dos homens.

Na produção e confecção de potes, louças, colares, macas, paneiros, tipitis, etc., que tanto serviam e servem de adorno pessoal e também para venda e/ou troca no mercado local e, com isso aumentar a renda familiar, a produção é feita pelas mãos femininas. Entretanto, a matéria prima como o tucum – extraído de uma árvore tucumãzeiro – (*Astrocaryum aculeatum*), conta com a força do trabalho masculino, para derrubar e extrair das árvores as palhas que vão se transformarem em fibras e estas em cordas, tecidas pelas mãos femininas.

Desta forma, apesar do curso Técnico em Agropecuária apresentar um número maior de homens, não encontramos literatura específica que aponte ser a prática da agricultura um papel exclusivo do homem ou da mulher.

Constatamos, como já demonstrado, um número significativo de homens no curso de agropecuária, contudo, qual seria a satisfação deste público com o curso oferecido? E, perguntado se os alunos estavam contentes com o curso que estavam fazendo, as respostas foram altamente satisfatórias. Do universo de vinte e dois alunos entrevistados, vinte responderam que estavam contentes, um não soube responder a questão e apenas um aluno manifestou descontentamento. Assim, no gráfico abaixo procurou identificar o grau de satisfação dos estudantes do curso de Agropecuária.

**GRÁFICO 03- GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE AGROPECUÁRIA DO IFAM- TABATINGA:**



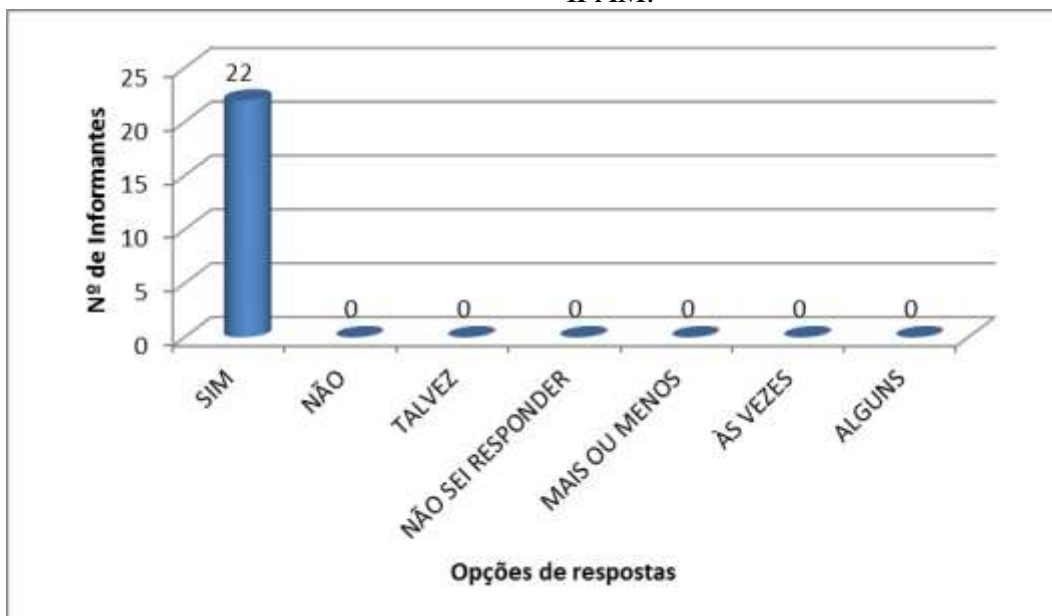
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Observa-se que as respostas dos entrevistados eram ratificadas pelos professores que ministravam aulas para a turma, registrando que a presença dos alunos se fazia sentir mesmo em períodos de chuva, o que dificultava as vias de acesso até o IFAM, bem como a presença de alunos nas aulas práticas, que eram acima de noventa por cento. Isso demonstra que o envolvimento dos estudantes foi uma realidade.

Como se observou também, esta representação significativa das respostas positivas reflete o grau de satisfação com o curso e, talvez, o fato do curso ter sido escolhido em comum acordo com as lideranças indígenas locais. Fato este de extrema importância para o planejamento participativo, pois envolve a comunidade no processo de decisão e de construção do projeto educacional.

Por se tratar de um curso técnico profissional, indagou-se, também, se os entrevistados gostariam que o IFAM ofertasse outros cursos nesta modalidade, EJA/PROEJA Indígena.

**GRÁFICO 04 - INTERESSE DOS ALUNOS NA OFERTA DE OUTROS CURSOS DO IFAM:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Como podemos observar cem por cento dos entrevistados responderam que gostariam que o *Campus* Tabatinga ofertasse outros cursos. Nessa perspectiva, verifica-se, também, que em todos os cursos ofertados pelo Instituto de Tabatinga, AM, há alunos indígenas da etnia Tükúna (ticuna) matriculados, segundo a Coordenação do Registro Acadêmico, o que demonstrou o interesse deste público pela capacitação e qualificação profissional.

A seguir, foram questionados se o curso técnico em Agropecuária estava atendendo as expectativas dos entrevistados.

**GRÁFICO 05- ATENDIMENTO DAS EXPECTATIVAS DOS ALUNOS NO PROCESSO FORMATIVO:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Conforme demonstra o quadro acima, dezoito alunos responderam que estavam satisfeitos com o curso, quatro responderam mais ou menos, indicando incerteza na sua resposta. Esses indicadores nos remetem à reflexão. Primeiramente, a respeito da escolha do

curso, em segundo, os métodos utilizados pelos professores da base nacional comum e da área técnica específica do curso.

Quanto da escolha do curso houve audiência pública e a comunidade indígena participou das reuniões e suas reivindicações foram atendidas. Portanto, a decisão política nos parece ter sido acertada. O segundo aspecto remete para o campo imaginário, partindo das seguintes premissas: a) a conquista de uma profissão no campo técnico; b) serem os primeiros alunos da comunidade com formação profissional adquirida no IFAM.

Era perceptível a determinação dos alunos que, mesmo com as dificuldades que apresentavam, como lama na única via de acesso, enchentes constantes, falta de transporte etc., não desistiram.

## **5.2. A metodologia de ensino no curso Técnico em Agropecuária na modalidade EJA/PROEJA Indígena**

Em relação ao trabalho docente, percebe-se que o curso técnico em Agropecuária apresentou uma metodologia de ensino pouco satisfatória para os alunos. Em sua maioria, os estudantes responderam que compreendiam em parte as aulas dos professores, tinham alguma dificuldade em compreender a matéria e uma porcentagem pequena de estudantes manifestou seu descontentamento, deixando visível a pouca compreensão das aulas.

Esta discussão leva a pensar a educação a partir do multiculturalismo que nos remete à palavra “familiarizada com experiências, nas quais a diversidade de gênero humano se constitui em paradigma de convivência, impregnado dos vários significados que elas adquirem na vida cotidiana”. (GONÇALVES, 2000, p. 13-14). O Campus Tabatinga, por sua localização geográfica na faixa de fronteira norte do país, convive com uma diversidade cultural, oriunda de uma complexidade étnico cultural das mais diversas do país.

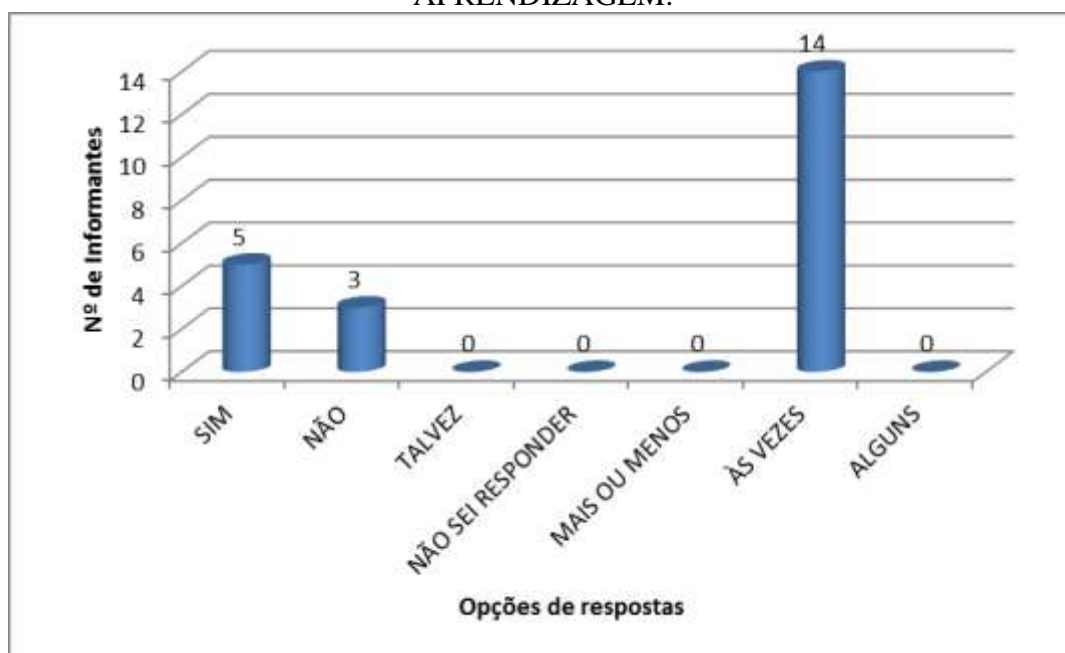
Do mais, também entre os docentes existe uma diversidade cultural, a saber: gaúcha, carioca, mineira, paraense, paulista, baiana, paraibana, maranhense e amazonense. Acrescentem-se aí, os alunos vindos dos vários municípios vizinhos (Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença etc.), de várias etnias (Tükúna (ticuna), Kokama) e de outros países (Peru, Colômbia, Brasil).

Direcionando a questão do multiculturalismo para o espaço educacional, Candau esclarece:

[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura(s). Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação [...]. (2013, p.13).

Neste sentido o Curso Técnico em Agropecuária contribui de forma significativa para aumentar essa diversidade cultural e permitir essa aproximação de culturas, direcionando para novos desafios e paradigmas no ambiente educacional do IFAM.

**GRÁFICO 06 – EXISTÊNCIA DE DIFICULDADES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Há que observar que todos os docentes que ministraram aulas para esta turma indígena foram orientados para utilizarem metodologias que fossem de fácil compreensão, por se tratar de uma turma cujos alunos pertenciam a outra realidade, outra cultura. Seguindo esta linha de análise, procuramos obter dos alunos do curso Técnico em Agropecuária se tinham alguma dificuldade de ensino/aprendizagem.

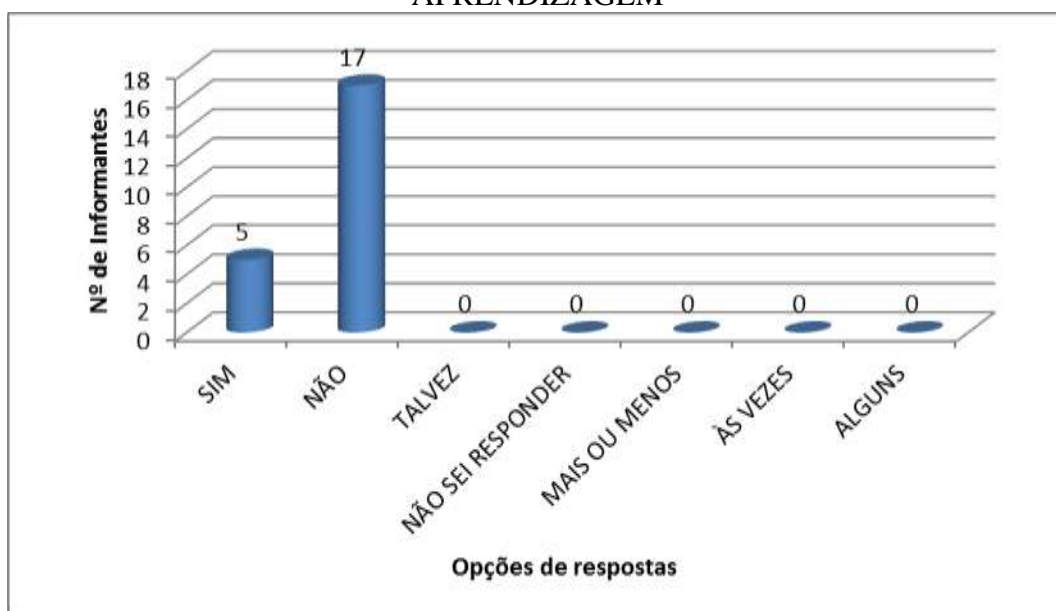
O motivo que nos levou a fazer este questionamento está vinculado ao grande número de professores pertencerem a outros estados da Federação o que, talvez, dificultasse o entendimento entre os ticuna e os professores com outras experiências de sala de aula.

Conforme se observou, cerca de cinco alunos responderam que apresentaram dificuldades de aprendizagem durante o curso e quatorze estudantes responderam que às vezes tinham dificuldades de aprendizagem. Assim, registra-se que a metodologia de ensino trabalhada em cursos para um público alvo específico, como foi o caso do curso aqui analisado, precisa ser repensado pelo IFAM *campus* Tabatinga.

Acredita-se, que um dos fatores que pode ter contribuído para a dificuldade de aprendizagem pode ser a língua. Como demonstra Lévi-Strauss na sua análise de classificação totêmica: “[...] a língua não é, pois, sensível à influência das mudanças demográficas, senão em certos limites, e contanto que sua função não seja comprometida.” (STRAUSS, 1976, p.89).

Seguindo este raciocínio, percebe-se que a língua foi um fator determinante para a dificuldade de comunicação entre docentes e discentes. Indagados sobre a dificuldade de compreensão, os alunos do curso de Agropecuária responderam em sua maioria que tinham dificuldades em compreender o professor, conforme mostra o quadro abaixo.

**GRÁFICO 07 - A FALTA DO DOMÍNIO DA LÍNGUA MATERNA X INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM**

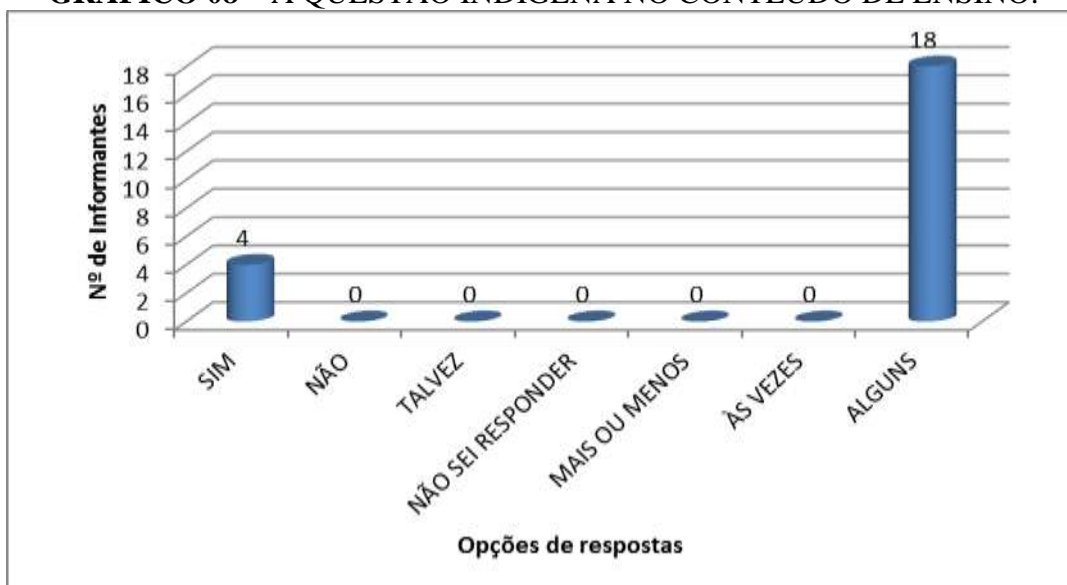


Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Em relação ao gráfico acima, cerca de dezessete alunos responderam que não tinham dificuldades de compreensão devido à falta de domínio da língua materna pelo professor e apenas cinco responderam que este aspecto apresentava dificuldades de aprendizagem. Isto levanta uma questão que devemos continuar os estudos, uma vez que houve uma incongruência entre este gráfico e os gráficos anteriores que demonstram a dificuldade de compreensão por parte dos alunos no tocante aos professores que não dominam a língua materna da comunidade Tükúna (ticuna).

Ainda explorando as especificidades da educação para um público alvo específico, podemos observar que a questão etnocultural foi pouco explorada pelos professores. Perguntado se os professores levam em consideração a questão indígena da turma, obteve-se a seguinte resposta:

**GRÁFICO 08 – A QUESTÃO INDÍGENA NO CONTÉUDO DE ENSINO:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.



Como se vê o gráfico acima, dezoito entrevistados responderam que alguns professores consideravam a questão indígena na sua metodologia e quatro responderam que os professores, de maneira geral, consideravam a questão indígena nas suas aulas.

A questão acima parece ter sido a mais conflitante na resposta dos alunos. Este fato se apresentou em virtude, talvez de nenhum professor que ministrou aulas para o PROEJA indígena, possuir conhecimento da língua Tükúna (ticuna), seja no falar ou entender. As trocas de conhecimentos dos professores em relação aos alunos sempre foram feitas se valendo da Língua Portuguesa. Quando se apresentavam dificuldades de entendimento era solicitado a um dos alunos da turma para que fizesse a tradução na língua Tükúna (ticuna). Essa metodologia de ensino parece ter contribuído em favor dos alunos, principalmente nos componentes curriculares da área das ciências exatas. Em outras atividades acadêmicas os alunos com mais facilidades de compreensão passaram a colaborar com aqueles que tinham mais dificuldades de assimilação do conhecimento técnico científico, conforme podemos mostrar um na foto um jovem compartilhando seu conhecimento com um colega de sala octogenário.



Fonte: Observação da pesquisa.

Um dos principais entraves constatado no processo ensino aprendizagem foi o fator tempo. Os diversos componentes curriculares ministrados para a turma tinham prazos determinados para serem concluídos. O tempo limitado para as aulas com nossos alunos indígenas parece ser um entrave com a forma de assimilação de conteúdos por eles. O tempo de assimilação de um conteúdo por um aluno indígena parece necessitar de mais tempo quando comparado ao tempo da sociedade dominante.

Talvez se encontre uma explicação plausível quando se observa a forma com as quais o indígena percebe a natureza em que sempre viveu. Ele não tem pressa em obter os resultados de uma pesca bem sucedida quando passa horas a espreita de pescar um pirarucu. Da mesma forma, quando sai para caçar, tem a paciência o suficiente para se aproximar da caça a ponto de não perdê-la.

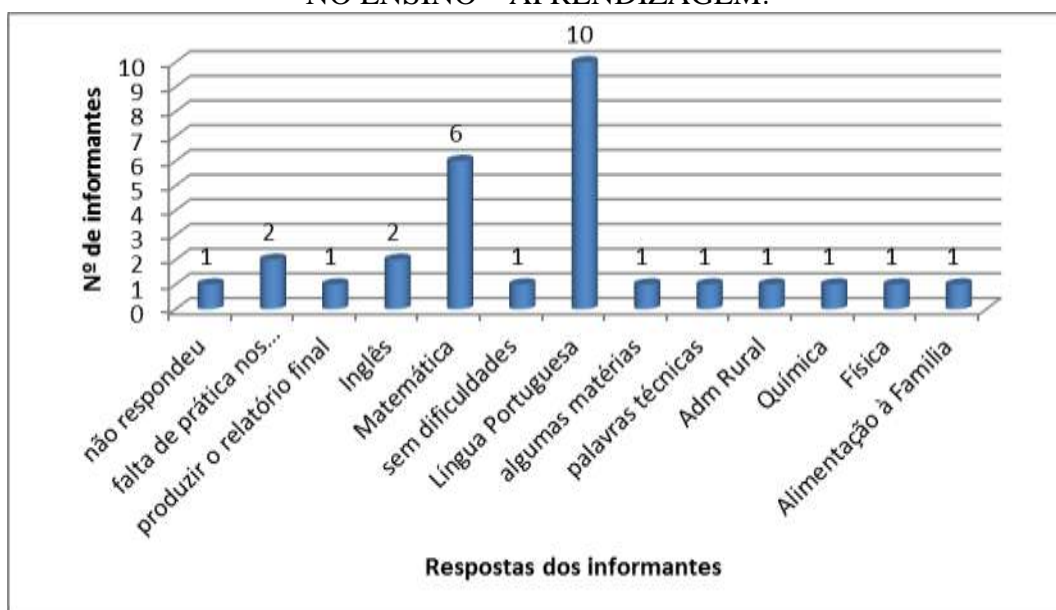
O que obtivemos como resposta no gráfico acima foram dúvidas por parte dos alunos que talvez tenham ocorrido nos primeiros meses de ensino. Essas dúvidas são sanadas quando se observa o resultado de todo o conjunto e do processo ensino aprendizagem percorrido com sucesso, com aprovação de todos os alunos que permaneceram até o final do curso. Não se



anula e nem se desqualifica a indicação das respostas acima, resposta que “acende do sinal de alerta” para as práticas educativas do ensino profissional e tecnológico ofertado pelo IFAM – Campus Tabatinga para alunos indígenas.

A revisão da matriz curricular feita pela equipe pedagógica do IFAM – Campus Tabatinga, em favor dos nossos alunos indígenas levou em consideração a realidade da comunidade em que estavam inseridos e adicionou melhorias e significados. Inserindo disciplinas que atendessem aquela realidade, promoveu benefícios e contribuições em favor dos discentes e do IFAM – Campus Tabatinga, na trajetória histórica da formação da primeira turma de alunos da etnia Tükúna (ticuna) a concluir o curso técnico em agropecuária.

**GRÁFICO 09 - DISCIPLINAS COM MAIORES DIFICULDADES NO ENSINO – APRENDIZAGEM:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Esta questão foi de extrema relevância. As respostas mais significativas foram as seguintes: Língua Portuguesa apareceu como a disciplina em que os alunos têm a maior dificuldade e recebeu dez indicações; Matemática também recebeu um número expressivo de indicações, cerca de seis indicações; Inglês recebeu duas indicações. Recebeu uma indicação de dificuldade na aprendizagem os componentes curriculares: Alimentação à Família, Física, Química e Administração Rural.

Outro aspecto a destacar na fala dos informantes, no que concerne às dificuldades de aprendizagem foi à falta de prática nos laboratórios, que recebeu duas indicações. Um informante mencionou ainda ter dificuldades na produção do relatório final. Um entrevistado não respondeu e outro informante mencionou a dificuldade de pronunciar os termos técnicos existentes nas disciplinas pertencentes à matriz curricular do curso e apenas um informante expressou não ter encontrado dificuldade no processo ensino-aprendizagem.

Dentro dos indicadores de dificuldades apontados pelos informantes, o componente curricular Língua Portuguesa foi apontado como maior obstáculo por parte dos estudantes. O maior desafio que se apresentou à turma. Este obstáculo ou desafio pode ser explicado com impacto cultural entre as línguas ticuna e a portuguesa, como já mencionado neste trabalho.

Para os indígenas da etnia Tükúna (ticuna), se expressar utilizando a língua portuguesa como veículo de comunicação não é tarefa fácil. De acordo com os informantes, em suas

aldeias e no convívio com os membros da sua etnia, a língua falada/praticada é a língua Tükúna (ticuna).

Durante o estágio pedagógico realizado na Escola Estadual “Almirante Tamandaré”, localizada na comunidade indígena de Umariáçu, percebemos que, já se faz presente a alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental, com 100% professores indígenas. O gestor da escola nos informou que 80% do quadro docente são professores indígenas. De acordo com o gestor, o objetivo é atingir cem por cento do quadro docente. Talvez esteja aí um dos motivos pelos quais nossos estudantes apresentarem tantas dificuldades no falar e escrever na língua portuguesa, pois não tiveram à sua época este aprendizado.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, em seu título V, que trata da Educação, Cultura e Saúde estabelece em seu artigo 49 “A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira”.

Nesta linha de ação, a Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues – (OGPTB) advoga favoravelmente para os professores, buscando junto às Instituições de Ensino que fazem presentes no município de Tabatinga, tais como a Universidade Estadual do Amazonas – UEA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, e no município de Benjamin Constant a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, cursos de nível superior, especialização e Pós-Graduação, que possam qualificar melhor os professores indígenas que atuam na rede estadual e municipal.

### **5.3. O Curso Técnico em Agropecuária na modalidade EJA/PROEJA Indígena e o desenvolvimento local**

As respostas relacionadas às metodologias de ensino utilizadas pelos docentes no curso Técnico em Agropecuária leva a outra indagação, qual seja, o curso está proporcionando conhecimentos técnicos capazes de promover o desenvolvimento da sua comunidade? As respostas dos estudantes apontam que o IFAM *Campus* Tabatinga está atendendo a comunidade Umariáçu no que se refere às suas necessidades. Muito do que esta resposta pode representar deve-se ao fato, como já mencionado anteriormente, do curso ter sido pensado na coletividade.

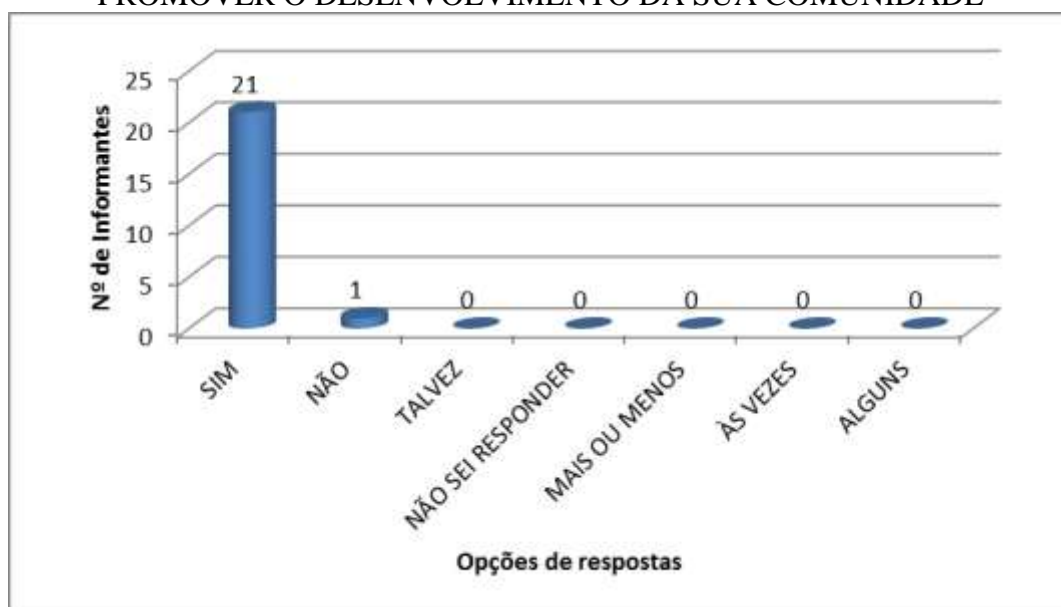
As reuniões realizadas dentro da comunidade Tükúna (ticuna), como uma espécie de audiência pública, levou em consideração a formação dos docentes do IFAM – Campus Tabatinga e as características apresentadas pela comunidade indígena de Umariáçu II, de tal forma que atendesse as partes envolvidas naquele projeto. Naquele momento (2011), o IFAM – Campus Tabatinga não podia ofertar outro curso técnico à comunidade que não fosse o curso de agropecuária, em face da formação e o reduzido número de professores existentes à época.

Por sua vez, a comunidade Tükúna (ticuna) de Umariáçu II apresentava e apresenta uma agricultura de subsistência voltada para plantação de roças, para a produção de farinha de mandioca, abacaxi, banana, batata doce, ingá, abiu, cujo excedente é vendido no mercado da cidade, destinado à venda desses produtos, fruto do trabalho indígena. Uma forma de aumentar a renda familiar para compra de objetos domésticos, nas lojas comerciais espalhadas na tríplice fronteira.

O desejo da realização de um curso voltado para a realidade local, talvez tenha sido fator de contribuição para o sucesso que foi o curso de agropecuária para os indígenas Tükúna (ticuna). Nas quatro reuniões realizadas, ficou definido que, os estudantes teriam obrigatoriamente ter cursado e concluído o ensino fundamental e, no ato da matrícula, teriam que apresentar o histórico escolar e os demais documentos exigidos pelo Registro Acadêmico.

A escolha dos candidatos ficou para as lideranças indígenas que tiveram que escolher dentre os vários alunos que já possuíam o ensino fundamental completo. No critério de escolha o IFAM – Campus Tabatinga deixou de participar, em respeito aos costumes e tradições Tükúna (ticuna). E, dessa forma foram escolhidos dos alunos da primeira turma do Curso de Agropecuária na modalidade EJA/PROEJA indígena.

**GRÁFICO 10 - O CURSO E OS CONHECIMENTOS TÉCNICOS CAPAZES DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA SUA COMUNIDADE**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Os números informam que vinte e um alunos responderam que o curso foi capaz de atender aos anseios da comunidade e apenas um respondeu que o curso não atingiu este objetivo. Esses dados quantitativos refletem o contentamento dos discentes com a escolha do curso. A percepção dos alunos em relação ao curso foi favorável em sua formação e está produzindo conhecimentos técnicos e humanos capazes de promover o desenvolvimento da sua comunidade. Fato que em si se explica porque o curso ofertado pelo IFAM – Campus Tabatinga foi de interesse da comunidade, para os alunos da comunidade.

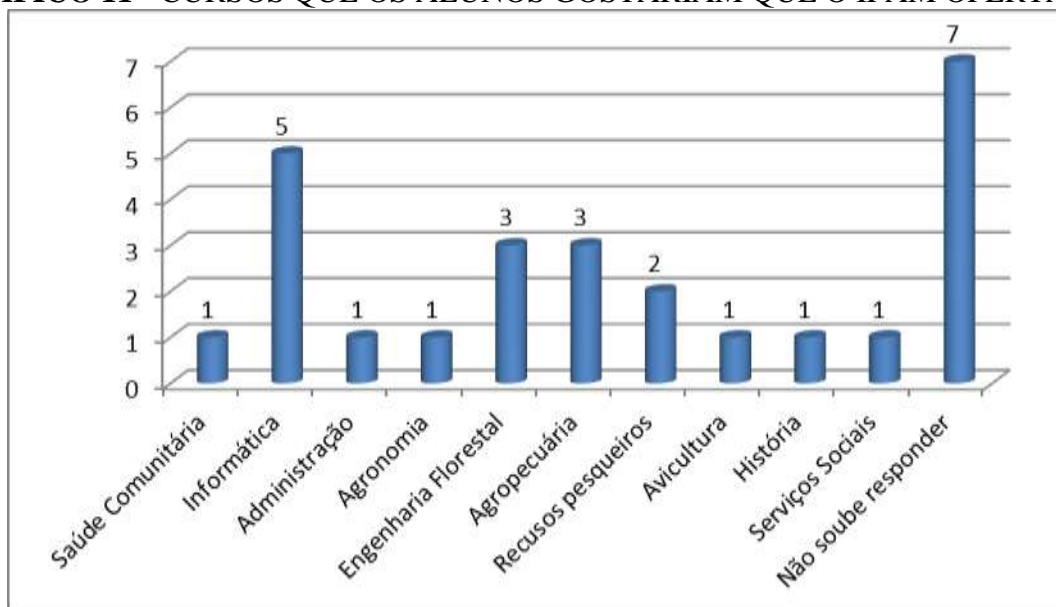
Por esse motivo, quando os alunos foram questionados sobre o grau de satisfação como o curso, o percentual de contentamento parece ter confirmado que o procedimento adotado entre a comunidade indígena e o IFAM – Campus Tabatinga parece ter sido acertado e bem sucedido.

Acreditamos que o conhecimento técnico fornecido pelo IFAM – Campus Tabatinga aliado ao conhecimento tradicional do povo Tükúna (ticuna) seja capaz de promover melhorias na agricultura praticada naquela comunidade. A farinha produzida dentro dos métodos tradicionais perde qualidade quando comparada com a do mercado externo. A quantidade de frutas e legumes ofertados pela comunidade indígena é inferior ao que o consumo da sociedade dominante exige. Existe um grande potencial para ser explorado junto à comunidade indígena, se se considerar a vasta extensão de terras oficialmente pertencente ao povo Tükúna (ticuna). Esse conhecimento técnico dos profissionais do IFAM – Campus

Tabatinga, aliado ao interesse da comunidade indígena pode promover o desenvolvimento econômico dos comunitários de Umariçu II. Razão pela qual a busca com tanta avidez por uma formação técnica profissional voltada para os valores que a terra pode produzir.

Para esta informação, utilizou-se de questões abertas, e o que se observou foi uma gama de cursos, conforme o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 11 - CURSOS QUE OS ALUNOS GOSTARIAM QUE O IFAM OFERTASSE:**



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2015.

Do universo de vinte e dois alunos, sete não souberam responder, cinco deram preferência para o curso de informática, três indicaram Engenharia Florestal e três Agropecuária. Dois indicaram Recursos Pesqueiros. Saúde Comunitária, Administração, Agronomia, Avicultura, História e Serviços Sociais foram cursos que receberam apenas uma indicação. Nota-se que os estudantes não especificaram o nível do curso, respondendo tanto cursos da educação superior como cursos técnicos de nível médio.

Entretanto, apesar de existir uma variedade de cursos sugeridos pelos alunos, o informante (I-8) deu o seguinte depoimento quando se indagou se a inserção de novas técnicas aplicadas no campo da agricultura, unindo-se aos saberes tradicionais, poderia proporcionar o aumento da produção e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar desses agentes sociais envolvidos neste processo: *“Sim, para melhoramento dos agricultores”*.

Registre-se que a fala do depoente foi reproduzida na íntegra. Como podemos perceber, parece estar subtraída ou entrecortada. Entretanto, constatamos a existência de uma grande dificuldade da parte dos indígenas de comunicação oral e escrita quando se apropriam da língua portuguesa. Por este motivo, a transcrição dos depoimentos dos entrevistados muitas delas parecerem incompletas. Constatamos, também, em nossa pesquisa de campo que, entre os membros comunidade indígena Tükúna (ticuna) não se comunicam na língua portuguesa, somente na língua Tükúna (ticuna). Talvez esteja aí um dos grandes desafios para a educação do IFAM, o de integrar essa população indígena no mercado de trabalho dominando a língua portuguesa falada e escrita.

Na declaração do informante (I-16): *“fazer do meu comunidade para ajudar”*. Uma pequena frase repleta de significados. Utilizou-se de dois verbos fazer e ajudar, direcionados para sua comunidade. Fazer algum benefício para sua comunidade, ou ajudar a sua

comunidade. Como mencionamos, a comunicação escrita é muito difícil entre os nossos entrevistados. Quando falam e escrevem não utilizam o gênero feminino. Talvez o nosso aluno quisesse dizer “fazer mais pela comunidade a fim de ajudar o seu povo”. De tal forma, fica explícita a tentativa de contribuir mais com sua comunidade.

Para o informante (I-20) “*sim porque este curso Técnico em Agropecuária eu queria aprender mais*”, sugere que o curso poderia contribuir de maneira mais satisfatória à comunidade. Seguindo essa lógica, os nossos informantes demonstram o quanto se identificaram com curso Técnico em Agropecuária.

Acredita-se que as respostas que nos foram apresentadas pelos informantes atendem nossas expectativas. Os professores do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Tabatinga-AM – precisam aprender e atender a maior etnia indígena do país, segundo os dados do IBGE (2010). As respostas dos nossos informantes, a princípio, nos indicam que a filosofia de trabalho iniciada pelo IFAM em parceria com as lideranças indígenas atenderam a contento o público alvo do curso em Agropecuária.

Assim, voltamos à discussão sobre os aspectos negativos e positivos do curso técnico em Agropecuária oferecido pelo IFAM *campus* Tabatinga, à comunidade Umariçu. A seguir procurou-se analisar as perguntas abertas que os depoentes responderam, na tentativa de aproximar o olhar da realidade destes. Observa-se que esta técnica de pesquisa deu maior liberdade de resposta aos depoentes, abrindo um universo mais complexo da realidade pesquisada.

Em relação à prática esportiva, percebe-se que para os informantes é um aspecto que o Instituto deveria investir. Vejamos o que diz o depoente (I-1): “*falta muita coisa que aluno gostaria de praticar esporte*” e coaduna com o depoente (I-2): “*aqui falta de quadra de esporte futebol*”.

Acredita-se que as declarações são pertinentes. Do mais, a quadra poliesportiva do IFAM *Campus* Tabatinga encontrava-se em fase de construção, razão pela qual o único esporte praticado pelos professores da disciplina de Educação Física era a natação na piscina do *Campus*. O horário de aula estabelecido em acordo com a turma era noturno, haja vista que muitos alunos trabalhavam em suas roças e/ou funcionários de empresas locais. Daí tornava-se inviável a prática de esportes, considerando a legislação em vigor.

Na declaração de nosso informante (I-3) “*só o dormitório para os alunos que vem de outras cidades ou comunidade!*”. A construção de um dormitório para alunos de outros municípios próximos à Tabatinga era projeto do primeiro gestor do *Campus* Tabatinga e foi divulgado em reuniões de pais e mestres. Como docente do Instituto, temos conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos alunos dos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, e comunidades ribeirinhas, para chegarem ao *Campus* todos os dias. Talvez o depoimento do entrevistado esteja sendo, de certa forma, uma lembrança e/ou cobrança.

As declarações do informante (I-7) e do informante (I-8) revela a satisfação com o Instituto, “*não está faltando, pra mim faltava nada*”; (I-9) “*nada faltando*”; (I-10) “*para mim falta nada, é bom*” e (I-16) “*faltava nada*”, o que demonstra um grau de contentamento em suas declarações. O informante (I-14) comenta que, “*Bem, até do presente momento nada tenho a contar contrária sobre as estruturas do IFAM, até porque vejo que está estruturando ainda. Porém, todos os instrutores são capazes merecedores do meus respeitos*”, faz uma análise de toda estrutura física do Instituto e apresenta suas considerações favoráveis, levando em conta o pouco tempo (completando cinco anos em 2015) de fundação no Município de Tabatinga, AM. Para os docentes e demais servidores que integram o corpo de profissionais do *Campus*, fizeram suas considerações favoráveis.

Contudo, outros estudantes foram contundentes em observar algumas lacunas na estrutura do curso. O informante (I-11) disse que, “*muitas vezes falta muita coisa aqui Instituto, no transporte*” e (I-13) “*na minha opinião é na questão do transporte e questão do*

*lanche tem que melhorar um pouco*”, apontando, assim, a falta de transporte e a precariedade do lanche.

Quanto ao transporte, observa-se que durante o ano letivo, por várias vezes, houve a interrupção deste feito com o ônibus da Instituição. As vias de acesso ao IFAM ficavam intransitáveis com a lama e as crateras (períodos de chuvas na região), que se formavam por conta do intenso tráfego de veículos. Razão pela qual a direção do *Campus* Tabatinga suspendia o transporte escolar, com a finalidade de protegê-los de eventuais acidentes com os alunos.

Para o informante (I-17) o que falta são cursos para atender este público alvo. “*É a uma falta-se de mais curso técnico de ensino*”. Há que se registrar que existe um projeto de governo do estado do Amazonas que cuida da política de qualificar o homem do interior para permanecer no interior. Com isto, evitaria o grande crescimento desordenado na capital do Amazonas. A declaração do nosso informante (I-22) “*profissional em uma comunidade Tükúna (ticuna) do Alto Solimões*” parece estar alinhada com essa tese. As famílias do interior sem uma qualificação profissional que se deslocam para a capital em busca de emprego aumenta a estatística de favelas da cidade de Manaus, capital do Amazonas.

Outro aspecto a se destacar nas análises das falas diz respeito à dificuldade de se expressar corretamente fazendo uso da língua portuguesa. É perceptível na fala e na escrita a utilização do gênero feminino entre os elementos da etnia Tükúna (ticuna).

Detectada esta dificuldade/problema entre os nossos estudantes, ao mesmo tempo, nos apresenta um novo desafio como educadores. Parece ser necessária a busca de novas metodologias de ensino, que venham atender ao grande contingente de alunos indígenas que são aprovados nos exames de ingresso nos cursos ofertados pelo *Campus* Tabatinga. Assim, talvez possamos evitar a evasão escolar e a reprovação de alunos, realidade que se apresenta como grande desafio nas escolas do país e do *Campus* Tabatinga.

Registre-se que os resultados apresentados pelos números expostos nos gráficos deste trabalho e nas narrativas analisadas, nos direcionam para desafios de fáceis e difíceis soluções. Nos desafios considerados de fácil solução está associada às questões das estruturas físicas (quadra de esportes, dormitórios para os gêneros masculino e feminino, transporte escolar), direcionadas para o bem estar dos discentes e que podem ser viabilizadas por meio de projetos.

Acredita-se que o desafio maior se apresenta em qualificar profissionalmente jovens e adultos e colocá-los no mercado de trabalho. De igual ou maior significado está o desafio de proporcionar educação profissional e, ao mesmo tempo, não violar os conhecimentos que fazem parte da cultura tradicional do povo Tükúna (ticuna).



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou atingir seus objetivos específicos no sentido de obter elementos no universo pesquisado que pudessem responder aos questionamentos proferidos à temática definida que consistiu em: Um Instituto Federal no Interior da Amazônia: Impactos da Educação Tecnológica e Profissional em uma Comunidade Tükúna (ticuna) do Alto Solimões.

Dentre os propósitos da pesquisa constava *caracterizar historicamente a comunidade Tükúna (ticuna) de Umariáçu II*. Este objetivo foi alcançado através de consultas na bibliografia pesquisada, entre elas: João Pacheco de Oliveira Filho, Curt Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira, Darcy Ribeiro, Ari Pedro Oro, autores que revelam o mito de sua criação e a trajetória de lutas ao longo dos séculos, preservando seus hábitos, costumes e tradições culturais.

Ao aprofundarmos na literatura que deu base teórica a este trabalho descobrimos o valor e o significado da preservação dos clãs que identificam as famílias da sociedade indígena. A preservação de cada clã, por sua vez, determina o grau de parentesco dentro do seio familiar. Essa “identidade clânica”, - (representada por plantas e animais) - determinam também, a união contraída através do casamento. Proibindo a união de um homem e uma mulher, quando estes pertencerem ao mesmo clã, não importando com isso, que sejam de famílias diferentes. O que é levado em consideração é a preservação do clã e não a vontade dos envolvidos. O clã é fator determinante.

Esta apropriação da literatura constituiu-se um facilitador para a compreensão da trajetória histórica da comunidade Tükúna (ticuna) de Umariáçu II no contexto social em que estão inseridos.

Na trajetória desta investigação procuramos *descrever as políticas públicas de educação indígena no Brasil*. Para atender aos propósitos deste objetivo utilizamos a análise dos principais documentos do IFAM entre eles: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAM, onde encontramos a história da instituição e as propostas acadêmicas de ensino Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Proeja Indígena. Constituição Federal do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, e os artigos de tratam da educação indígena. Destacamos ainda a análise do site e documentos do IBGE/2010 o Plano Pedagógico Institucional – (PPI) do IFAM, o Regimento Geral do IFAM, o Estatuto do IFAM, o Relatório de Gestão do IFAM, além das Leis, dos Decretos e das Portarias referentes ao histórico da instituição.

Dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos por Lei é um processo lento, demorado e, por muitas vezes quase desacreditado pela sociedade envolvida, dada a morosidade do andamento dos processos. Descobrimos que, neste manancial de leis, decretos, portarias e pareceres Institucionais que autorizam as ações e amparam seus executores se fazem necessários. Além disso, criam-se registros históricos que justificam os investimentos públicos aplicados e podem ser apresentados junto aos órgãos controladores do Estado. Foi gratificante identificar, por meio do aprofundamento das leituras sobre a legislação em vigor, que o IFAM é uma autarquia federal centenária dentro do Estado do Amazonas voltada para educação técnica profissional. A experiência adquirida ao longo de um século de história permite, por forças dos amparos legais, fazer intercâmbio da sociedade acadêmica com estados da Federação e países estrangeiros. Sem esse arcabouço legal talvez não fosse possível.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Tabatinga – conjuga em suas atividades acadêmicas sob o trinômio ensino, pesquisa e

extensão. Para atender mais um objetivo específico de nossa pesquisa: *analisar as principais atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelo IFAM para a comunidade ticuna de Umariáçu II*, apropriou-se, na esfera do ensino de livros didáticos, apostilas, indicação de leituras específica de cada componente curricular determinada pela matriz curricular do curso. As aulas práticas de campo como meio de ampliar o leque de conhecimento, faziam-se nas dependências do Campus, outras vezes na comunidade indígena de Umariáçu II.

As atividades de extensão eram programadas com antecedência. As visitas nas fazendas localizadas próximas do perímetro urbano eram efetuadas utilizando os veículos da própria Instituição. Nas localidades mais distantes, onde se exigia uma logística de transporte fluvial, como por exemplo, para Benjamin Constant, muitas vezes se fazia com apoio do barco e da parceria da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a prefeitura municipal daquela cidade.

No campo da pesquisa, utilizavam-se os laboratório de informática, química, física e biologia, de acordo com as exigências de cada componente curricular. A nossa biblioteca do Campus, além de um acervo de obras disponíveis para pesquisa, consta com computadores ligados à rede mundial.

Essas diversas experiências proporcionaram apreensão e a consolidação de conhecimentos favoráveis à condução do processo de pesquisa, ensino e aprendizagem dos alunos do curso técnico de nível médio em Agropecuária na forma integrada EJA/PROEJA. Este amadurecimento conceitual trouxe também o benefício facilitador para a análise dos resultados de modo a imprimir o rigor da metodologia adotada sem descuidar da consciência da inferência natural do observador sob o objeto pesquisado presente nos estudos qualitativos.

Conhecer as estruturas administrativas, pedagógicas e de gestão da instituição, incluídos os cursos e a comunidade acadêmica, também serviu como referencial para os aspectos da política pública desenvolvida pelo Campus Tabatinga que abrange tanto as comunidades interna quanto externa em seu processo. Houve então, a constatação de diferentes “mundos” presentes, abrangendo uma comunidade indígena com sua cultura tradicional, o urbano e o misto entre os dois, cada qual com suas particularidades, suas culturas e suas identidades, mas ao mesmo tempo pertencentes a uma única instituição, o IFAM.

Os resultados alcançados pela pesquisa podem ser divididos em duas partes: a primeira aponta para o grau de satisfação dos alunos revelando assim que o Campus Tabatinga está cumprindo com as suas responsabilidades política e social, que é promover a educação técnica profissional na mesorregião do Alto Solimões.

O conhecimento adquirido com a pesquisa revela também que carece de estudos futuros para atender a grande demanda do povo Tükúna (ticuna). Além disso, essa demanda não se restringe apenas na criação de cursos apontados pelos entrevistados. Parece que existe uma necessidade maior de planejamento e de novas metodologias de ensino voltadas para atender e, ao mesmo tempo ter o devido cuidado no trato com a cultura e os valores tradicionais daquele povo.

Partindo do pressuposto que é de fundamental importância que o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promova o desenvolvimento territorial, por meio de soluções educacionais de ensino, pesquisa e extensão, permitindo, de maneira efetiva, o acesso gratuito e de qualidade à educação profissional e tecnológica em todas as regiões do Brasil, o nosso objetivo de *confrontar a formação oferecida pelo IFAM com as políticas públicas na área e os interesses da comunidade*, parece ter sido contemplado. A comunidade foi atendida com o curso técnico de nível médio em Agropecuária na forma integrada EJA/PROEJA, previamente escolhido através de reuniões com as autoridades comunitárias. Desta forma, rompeu as barreiras da educação tradicional e efetivou uma aprendizagem eficaz, promovendo o desenvolvimento local e regional.



A educação ofertada pelo IFAM visa à qualificação técnica profissional. Neste particular percebemos que a questão profissionalizante aliada às políticas públicas está voltada para atender o mercado de trabalho local e regional. Este binômio – educação profissional e políticas públicas – voltadas para os interesses do mercado de trabalho – atende as necessidades da sociedade local, permitindo que as famílias do interior do Estado não deixem – vendam, abandonem – suas terras do interior para aumentar a população metropolitana carente das necessidades básicas para viver.

Percebemos em seus depoimentos colhidos na pesquisa de campo que o grau de responsabilidade dos estudantes estava cercado de significados. A qualificação profissional daqueles alunos não atendia apenas um desejo pessoal, mas também, um exemplo para toda comunidade. O nosso aluno octogenário era um dos representantes desses valores.

A pesquisa trouxe contribuições valiosas para o mundo acadêmico quando identificamos o grau de dificuldade daqueles alunos, no falar e escrever a língua portuguesa. Outra contribuição desta pesquisa foi identificar que ainda não existem estudos que revelem a divisão de gênero na execução do trabalho agrícola. Esta matéria é fonte de pesquisa para o futuro.

Outra contribuição adquirida pela pesquisa de campo foi perceber que, as decisões de interesse político/social da comunidade são decididas em reuniões no centro comunitário. As discussões eram lideradas pelo cacique da comunidade e, não se observou a presença feminina naquelas reuniões. De acordo com os registros fornecidos pelo Poder Legislativo Municipal de Tabatinga, todos os eleitos, representantes da comunidade indígena são do sexo masculino.

Acreditamos que este breve pensar nos desafios da educação dentro de uma comunidade tradicional por si só, pode ter despertado de alguma forma um dos objetivos da autoavaliação institucional que é promover a participação coletiva e a consciência política em prol da construção de projetos institucionais impulsionadores da qualidade na educação técnica profissional.

Neste particular, verificamos a vontade, o desejo e o comprometimento dos informantes da pesquisa na construção de uma instituição cada vez mais voltada para a qualidade e para o atendimento das necessidades da sociedade local. Entendendo-se para a concretude deste ideário, a instituição de ensino, como provedora de uma educação de caráter formativo técnico profissional e principal elemento motor para a formação do indivíduo e da sociedade a qual ele está inserido.

Os resultados desta pesquisa apontam para novos desafios do Campus Tabatinga no trato com a educação indígena Tükúna (ticuna). A presença multicultural de atores envolvidos no contexto educacional são problemas desafiadores que contribuem quando se apresentam como material de pesquisa dentro de propostas de desenvolvimento desta região intercultural.

A localização geográfica em que se encontra o Campus Tabatinga é cercada de desafios. O contato direto com países vizinhos – Colômbia e Peru – já promoveu reuniões, com intenções bilaterais de colaboração acadêmico/científica. Esta ação continua em processo de estudos.

A população local, formada por uma parcela significativa de índios, aponta para outro desafio a ser superado no futuro. Some-se a este, os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil e que, portanto passam a ter direito a educação gratuita.

A mesorregião do Alto Solimões compreende uma vasta extensão territorial pertencente a seis municípios do estado do Amazonas. O campus Tabatinga a partir de 2010 tem contribuído para a formação de jovens e adultos que ingressaram nos diversos cursos ofertados pela instituição. Na atualidade, as estruturas físicas e o material humano existente, não estão atendendo a grande procura por novos cursos. É mais um desafio a ser superado no futuro.

Em meio aos desafios que se apresentam, há indicadores que apontam para novos estudos, novas pesquisas. A interculturalidade existente nesta fronteira; os avanços e recuos das políticas sociais dos países envolvidos neste contexto; a influência das diversas línguas e suas implicações no sistema de ensino aprendizagem; as perspectivas de desenvolvimento político/econômico estão alinhadas à educação local e dos países envolvidos, entre outros, são necessidades que se apresentam nesta região de fronteira e podem se tornar material de pesquisa contribuindo para o desenvolvimento desta região. Ainda no campo da pesquisa, apresentam-se como provocações na tríplice fronteira intercultural, a floresta amazônica e a sua biodiversidade de espécies animal e vegetal; a conservação racional do grande rio Solimões, que abriga uma diversidade de peixes e se constitui um dos maiores rios de águas doce do planeta.

## 7. REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia formação social e cultural. Manaus-AM. Ed. Valer, 1999.
- BRASIL, MEC. Constituição – República Federativa do Brasil- 1988. Brasília, DF, publicada pelo Ministério da Educação em Janeiro de 1989.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria Nº 688, de 27 de maio de 2010. Autoriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas a promover o funcionamento do Campus Tabatinga AM. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 95. 2010.
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial de 23/12/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <www.mec.gov.br. Acesso em 15 de novembro de 2015.
- BUENO, Eduardo. Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro RJ. Ed. Leya, 2012.
- CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. (orgs.). Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ. 2013.
- Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: explicação das normas da ABNT. Porto Alegre RS, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo SP, Ed. Atlas, 2002.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia e História da Educação Brasileira: da colônia ao governo Lula. Barueri-SP. Manole, 2009.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte. Autêntica, 2002.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Acesso, novembro de 2015.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo SP. Ed. Nacional, 1976.
- MACEDO, Amanda Machado; OLIVEIRA, Priscila da Costa; BRASIL, Marília Carvalho; WENDHAUSEN, Enimar Jerônimo. Economia Indígena: os modos de produzir e viver dos Ticuna na cidade de Tabatinga AM. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Pedro/SP, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo SP. Ed. Atlas, 2003.

NIMUENDAJÚ, Curt. Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas. São Paulo SP. Ed. Loyola, 1982.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Ensaio em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro-RJ. Ed. UFRRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Regime Tutelar: Política e Religião em uma reserva Ticuna. Manaus-AM, UEA Edições, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. Ed. Campinas SP. 1996.

\_\_\_\_\_. A sociologia do Brasil indígena. Tempos Brasileiros; São Paulo, Ed. USP. 1972.

\_\_\_\_\_. Os Diários e Suas Mensagens. Brasília DF. Ed. Universidade de Brasília, 2002.

ORO, Ari Pedro. Tükúna: vida e morte. Porto Alegre RS. Ed. Vozes, 1977.

PINTO, Renan Freitas. (org). O diário do padre Samuel Fritz. Universidade Federal do Amazonas, 2006.

REIS, Arthur César Ferreira. História do Amazonas: Sumula para professores. Manaus-AM. Ed. Valer, 2008.

RESOLUÇÃO Nº 28-CONSUP/IFAM. 22 de agosto de 2012. Aprova o Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus, 2012.

RESOLUÇÃO Nº. 36 - CONSUP/IFAM. de 21 de outubro de 2013. Aprova a Regulamentação e Diretrizes Interna dos Cursos do PROEJA, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus, 2013.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo, Companhia das letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo-SP. Cia das Letras, 2015.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawaall Leal. (orgs.). Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola. São Paulo SP. Ed. Global, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. MEC/UNESCO, 2004.

SILVA, Osiris M. Araújo da; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. (orgs.). Pan-Amazônia: Visão Histórica, perspectivas de integração e crescimento. Manaus-AM. 2015.

SOUZA, Sebastião Rocha de. Conflitos de Identidade entre os Jovens da Etnia Tikuna na Comunidade de Umariçu I na Terra Indígena Eware I no Município de Tabatinga/AM. São Leopoldo, 2013.

TOSTI, Mario. A Igreja sobre o rio: A missão dos Capuchinhos da Úmbria no Amazonas. Governo do Amazonas. Secretaria de Estado. Manaus-AM, 2012.

VIEGAS, Waldir. Fundamentos lógicos da metodologia científica. Brasília DF. Ed. Universidade de Brasília, 2007.

## ANEXOS A - QUESTIONÁRIO



### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA MESTRANDO: MANOEL GÓES DOS SANTOS

Este questionário faz parte do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo mestrando Manoel Góes dos Santos, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Tabatinga, e é parte do projeto de pesquisa intitulado “Um Instituto Federal no Interior da Amazônia: Impactos da Educação Tecnologia e Profissional em uma Comunidade Ticuna do Alto Solimões”.

Suas respostas são importantes e significativas. Os dados serão utilizados com a finalidade de analisar a educação ofertada à comunidade indígena de Umariçu II nas seguintes dimensões: qual a visão que os estudantes têm da educação técnico/profissional do IFAM; a metodologia de ensino aplicada pelos docentes quanto à formação do Técnico em Agropecuária; a educação e a etnicidade.

Caros estudantes, queremos antecipar nossos agradecimentos pela sua colaboração.  
Grande abraço.

### QUESTIONÁRIO

Curso: Técnico em Agropecuária/Proeja Indígena/1ª Turma.

Modalidade: Subsequente.

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

Turno que estuda: ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno

1. Os cursos que o IFAM oferece atendem as suas necessidades/expectativas?

Sim, atende ( ) Não atende ( ) Não sei responder ( )

2. Na sua opinião, que curso técnico você gostaria que o IFAM ofertasse para atender a comunidade de Umariçu II?

---

3. Como você avalia a situação física das salas de aula ofertadas pelo IFAM?

Boa ( ) Ruim ( ) Regular ( ) Excelente ( ) Péssimas ( ) Não quer responder ( )

4. Como você avalia as estruturas físicas (laboratórios de informática, biblioteca, laboratórios de física/química/biologia, etc.) do IFAM?

Boa ( ) Ruim ( ) Regular ( ) Excelente ( ) Péssimas ( ) Não quer responder ( )

5. Na sua avaliação, o que falta às estruturas do Instituto para torná-lo melhor?

---

---

---

6. Você gostaria que o IFAM ofertasse outros cursos?

Sim( ) Não( ) Talvez( ) Não quer responder( )

7. Em sua opinião, quais os cursos profissionalizantes que o IFAM deveria oferta?

---

---

8. Em sua opinião, o ensino ofertado pelo IFAM é:

Bom( ) Ruim( ) Regular( ) Excelente( ) Péssimo( ) Não quer responder( )

9. Você está contente com o curso que você está fazendo?

Sim( ) Não( )

10. O curso técnico em agropecuária está atendendo as suas expectativas?

Sim( ) Não( ) Mais ou menos( )

11. Os métodos de ensino aplicados pelos professores são bem compreendidos por você?

Sim( ) Não( ) Às vezes( )

12. Você tem alguma dificuldade de ensino aprendizagem?

Sim( ) Não( )

13. O fato dos professores do IFAM não falarem a língua Ticuna é problema para você?

Sim( ) Não( )

14. Os professores levam em consideração a questão indígena da turma?

Sim, consideram( ) Não consideram( ) Alguns consideram( )

15. Em poucas linhas resuma sua maior dificuldade na questão de ensino/aprendizagem:

---

---

16. O curso Técnico em Agropecuária que você está fazendo, está proporcionando conhecimentos técnicos capazes de promover o desenvolvimento da sua comunidade?

Sim( ) Não( ) Outra opinião\_\_\_\_\_

## ANEXO B - Estatuto da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilingües – OGPTB

### ESTATUTO SOCIAL da Organização Geral dos Professores Indígenas do Alto Solimões – OGPTB

#### CAPÍTULO I DA FUNDAÇÃO, SEDE, FORO E OBJETIVOS

Artigo 1º - A Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües - OGPTB, fundada em 08 de dezembro de 1986, com sede e foro no município de Benjamin Constant, estado do Amazonas, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que de agora em diante passa a denominar-se **Organização Geral dos Professores Indígenas do Alto Solimões**, porém continuará usando a sigla de OGPTB, se regerá pelo presente Estatuto.

Artigo 2º - A OGPTB congregará e representará todos os professores Ticuna bilingües e outras etnias, que participem do processo de educação indígena do Povo Ticuna, cujas terras tradicionais se localizam na região do Alto Solimões, estado do Amazonas.

Artigo 3º - A OGPTB tem como objetivos:

- I - Melhorar a qualidade da educação nas escolas Ticuna.
- II - Valorizar a língua e o saber do Povo Ticuna.
- III - Valorizar e divulgar a arte e a cultura do Povo Ticuna.
- IV - Incentivar a participação dos professores Ticuna em todo o processo educacional: a) preparando materiais didáticos específicos; b) preparando programas curriculares e calendários diferenciados para as escolas Ticuna; c) adotando métodos de ensino e sistemas de avaliação apropriados à realidade das escolas Ticuna; d) realizando atividades de supervisão escolar.
- V - Promover cursos de formação e de especialização para os professores, com programas específicos voltados para a realidade e necessidades das comunidades Ticuna.
- VI - Desenvolver projetos e programas de Educação Ambiental, Educação e Saúde, Arte e Cultura e outros que se façam necessários.
- VII - Acompanhar e orientar as ações das prefeituras municipais, Secretaria Estadual de Educação, FUNAI e outras instituições governamentais e não-governamentais que atuam ou venham a atuar na área da educação entre os Ticuna.
- VIII - Manter o Centro de Formação de Professores Ticuna-Tortí Nguepatal e a Biblioteca Utchara.
- IX - Promover ações que garantam o cumprimento dos direitos constitucionais assegurados aos povos indígenas.
- X - Atuar em parceria com outras instituições, governamentais ou não-governamentais, devendo todos os acordos, contratos, convênios, ou outros, serem formulados respeitando os objetivos e propostas da OGPTB, assim como as necessidades das escolas e comunidades Ticuna, com a participação dos membros desta Organização em todas as fases e ações desenvolvidas, em conformidade com os direitos garantidos aos povos indígenas na Constituição Brasileira e em outras leis, resoluções e documentos relativos à Educação Escolar Indígena e/ou aos povos indígenas.

Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos, a entidade poderá ainda:

- a) Receber doações, legados, heranças, rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- b) Ter contribuição dos associados e rendimentos de direitos autorais;
- c) Obter receitas da venda de produtos e ou serviços desenvolvidos pela instituição;
- d) Conseguir recursos na realização de eventos, palestras, seminários, entre outros



107



## CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO



Artigo 4º - São órgãos da Administração:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Administrativo;
- IV - Conselho Fiscal;
- V - Representantes nos municípios.

Artigo 5º - São atribuições da Assembléia Geral:

- I - Estabelecer as metas e o planejamento do trabalho da OGPTB;
- II - Analisar e aprovar as ações desenvolvidas pela Diretoria, pelo Conselho Administrativo, pelo Conselho Fiscal e pelos Representantes da OGPTB nas Secretarias Municipais de Educação;
- III - Analisar e aprovar as contas da OGPTB;
- IV - Eleger a Diretoria;
- V - Indicar os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;
- VI - Indicar o Diretor e o Secretário do Centro de Formação de Professores Ticuna-Torú Nguapatá e o responsável pela Biblioteca Uichara; -
- VII - Aprovar a indicação dos representantes nos municípios;
- VIII - Aprovar a indicação de assessores, colaboradores, funcionários, contador, auxiliares e outras pessoas que venham a atuar nos projetos, programas e atividades da OGPTB;
- IX - Discutir e aprovar as alterações no estatuto da OGPTB;
- X - Aprovar o Regimento Interno e outros documentos da OGPTB.

Artigo 6º - A Assembléia Geral será convocada ordinariamente uma vez por ano, ou quando se fizer necessário de forma extraordinária.

Artigo 7º - As decisões da Assembléia Geral, com exceção das eleições, serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Artigo 8º - Poderão participar da Assembléia Geral com direito a voz e voto todos os professores Ticuna integrantes da OGPTB.

Parágrafo Único - Os associados não respondem solidariamente, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da entidade e nem podem utilizar símbolos ou falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Diretoria.

Artigo 9º - A Diretoria da OGPTB será composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Artigo 10º - Compete à Diretoria zelar pelo patrimônio da OGPTB, mantendo em ordem os materiais e as dependências do Centro de Formação de Professores Ticuna-Torú Nguapatá, da Biblioteca Uichara e de todos os bens doados ou adquiridos com recursos desta Organização.

Artigo 11º - Compete ao Presidente:

- I - Representar a OGPTB judicialmente e extra-judicialmente, podendo inclusive constituir procuradores;
- II - Coordenar e orientar, em conjunto com o Conselho Administrativo, as ações e atividades da OGPTB;
- III - Convocar reuniões e a Assembléia Geral;
- IV - Manter os membros da OGPTB informados dos assuntos referentes à Educação e Direitos Indígenas (leis, resoluções, decisões, ações, viagens, reuniões, eventos e outros).

Artigo 12º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos.

Artigo 13º - Compete ao Secretário:

- I - Registrar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- II - Arquivar todos os documentos da OGPTB, além da correspondência expedida e recebida;
- III - Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário nos seus impedimentos.

Artigo 14º - Compete ao Tesoureiro:

- I - Proceder, conjuntamente com o Presidente, a abertura de contas, assinatura de cheques, requisição de talonários, bem como toda e qualquer providência necessária para a realização de operações bancárias;
- II - Registrar toda a movimentação financeira da OGPTB;
- III - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro nos seus impedimentos.

Artigo 15º - Sendo constatadas quaisquer irregularidades na administração dos recursos financeiros por parte da Diretoria, esta terá um prazo, definido pela Assembleia Geral, para apresentar sua defesa perante esta Assembleia.

Artigo 16º - Em caso de confirmação de irregularidades na administração dos recursos financeiros, a Assembleia Geral terá poderes de, imediatamente, destituir os membros da Diretoria de seus cargos, devendo ser composta uma Diretoria provisória com membros indicados por Assembleia, e após 60 dias ser realizada uma nova eleição.

Parágrafo Único - Os recursos indevidamente gastos deverão ser devolvidos à OGPTB, num prazo máximo de 90 dias.

Artigo 17º - O Conselho Administrativo tem como atribuições:

- I - Acompanhar e orientar os trabalhos da Diretoria da OGPTB, participando de todos os eventos, reuniões, encontros, planejamentos e demais atividades da OGPTB;
- II - Fiscalizar o recebimento dos recursos e a realização das despesas pela Diretoria da OGPTB;
- III - Informar à Assembleia Geral das decisões e resultados dos seus trabalhos;
- IV - Auxiliar a Diretoria na convocação e organização da Assembleia Geral.

Artigo 18º - O Conselho Administrativo será formado por professores Ticuna de diferentes municípios, escolhidos em Assembleia Geral.

Artigo 19º - Deverá compor o Conselho Administrativo no mínimo cinco e no máximo oito membros; cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de necessidade.

Artigo 20º - O mandato dos membros do Conselho Administrativo será de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Artigo 21º - Os membros do Conselho Administrativo poderão ser substituídos, independente do prazo estabelecido no Artigo 18, caso não estejam cumprindo com suas atribuições, com os objetivos deste Estatuto e/ou com a expectativa dos membros da OGPTB.

Parágrafo Único - A substituição dos membros do Conselho Administrativo deverá ser discutida em Assembleia Geral, assim como caberá à Assembleia Geral indicar os novos nomes.

Artigo 22º - O Conselho Administrativo deverá se reunir pelo menos duas vezes ao ano.

Artigo 23º - O Conselho Fiscal tem como atribuições:

- I - Fiscalizar as contas da OGPTB e todos os documentos relativos à movimentação financeira;
- II - Caso o Conselho Fiscal constate irregularidades na administração dos recursos financeiros e na contabilidade da OGPTB, este Conselho terá poderes de convocar a Assembleia Geral

para apresentação dos problemas encontrados.

Artigo 24º - O Conselho Fiscal será formado por no mínimo cinco professores Ticuna de diferentes municípios, escolhidos em Assembléia Geral.

Artigo 25º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Artigo 26º - Os membros do Conselho Fiscal poderão ser substituídos, independente do prazo estabelecido no Artigo 18, caso não estejam cumprindo com suas atribuições, com os objetivos deste Estatuto e/ou com a expectativa dos membros da OGPTB.

Parágrafo Único - A substituição dos membros do Conselho Fiscal deverá ser discutida em Assembléia Geral, assim como caberá à Assembléia Geral indicar os novos nomes.

Artigo 27º - Os **Representantes da OGPTB nos municípios** têm as seguintes atribuições:

- I - Acompanhar e orientar as ações das Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação no que se refere à educação escolar indígena.
- II - Colaborar com a Diretoria e com o Conselho Administrativo na organização de cursos, eventos, reuniões, distribuição de materiais e outras ações destinadas ao andamento adequado dos trabalhos.
- III - Denunciar irregularidades que venham a ocorrer no âmbito das Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação com relação aos professores e escolas Ticuna, informando a OGPTB e tomando as providências cabíveis no sentido de defender os direitos assegurados aos índios e à educação escolar indígena na legislação brasileira.

Artigo 28º - Cada município terá um representante da OGPTB.

Artigo 29º - Os representantes são escolhidos pelos professores de seus respectivos municípios, devendo esta escolha ser aprovada pela Assembléia Geral.

### CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA E TEMPO DE MANDATO

Artigo 30º - A eleição da nova Diretoria deverá ser realizada em Assembléia Geral, com a participação dos associados da OGPTB que se fizerem presentes, independente do número de presentes.

Artigo 31º - Todos os membros da OGPTB deverão ser comunicados da data da eleição com, no mínimo, 60 dias de antecedência.

Artigo 32º - A nova Diretoria deverá ser eleita com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos.

- I - Caso nenhuma chapa alcance 50% mais 1 (um) dos votos, deverá ser realizado um segundo turno, onde concorrerão as duas chapas que obtiveram maior número de votos;
- II - As eleições do segundo turno deverão ser realizadas três dias após o primeiro turno.

Artigo 33º - O tempo de mandato da Diretoria deverá ser de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Artigo 34º - Poderá ser realizada nova eleição através da convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária (AGE), caso a Diretoria não venha cumprindo com os objetivos deste estatuto e/ou com as expectativas dos membros da OGPTB.

- I - Esta AGE deverá ser convocada pelo Conselho Administrativo, pelo Conselho Fiscal, pelos Representantes dos Municípios ou ainda por 1/3 dos associados; poderá ocorrer em qualquer tempo, independente do tempo de mandato.





#### CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Artigo 35º - O patrimônio da OGPTB será constituído de bens móveis e imóveis, veículos, móveis e utensílios, instalações e ações e também pelas doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras e toda sua renda, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade.

Parágrafo Único - A OGPTB não remunera os membros da Diretoria, do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e nenhum outro sócio independente de sua categoria e também não distribui lucros, vantagens ou dividendos aos seus dirigentes e associados sob qualquer forma ou pretexto, ressalvando-se o ressarcimento de despesas pessoais realizadas no exercício de suas funções ou atribuições estatutárias.

Artigo 36º - No caso de dissolução da Associação, o respectivo patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica que tenha objetivo social semelhante da OGPTB.

#### CAPÍTULO V DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 37º - O exercício financeiro da OGPTB encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano e as demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros noventa dias do ano seguinte à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

Parágrafo Único - A OGPTB mantém escrituração contábil de suas receitas e despesas com as formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38º - Cabe à Assembleia Geral decidir sobre a concessão de ajuda de custo aos integrantes da Diretoria da OGPTB.

Artigo 39º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria com a devida aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 40º - A OGPTB poderá ter um Regimento Interno, preparado pela Diretoria e pelo Conselho Administrativo, e aprovado em Assembleia Geral.



**ANEXO C – Matriz Curricular do Curso PROEJA**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM CAMPUS TABATINGA							
CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUARIA NA FORMA INTEGRADA NA MODALIDADE EJA-PROEJA							
ÁREA DE CONHECIMENTO	SEMESTRES						TOTAL
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
<b>FORMAÇÃO GERAL</b>							
<b>LINGUAGENS</b>							
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	60	40	40	40	40	20	240
Arte		20		20			40
Educação Física		20		20			40
Língua Estrangeira Espanhol	20	20					40
<b>MATEMÁTICA</b>							
Matemática	60	40	40	40	40	20	240
<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA</b>							
Biologia	40		20			20	80
Física	20			20		20	60
Química		20	20		20	20	80
<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>							
História		20			20	20	60
Geografia	20		20		20		60
Filosofia	20		20		20		60
Sociologia		20		20		20	60
<b>SUBTOTAL DA BASE NACIONAL COMUM</b>	<b>240</b>	<b>200</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>140</b>	<b>1.060h</b>
<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>							
Língua Indígena		20			20		40
Língua estrangeira Optativa						20	20
Informática Básica	20			20			40
Práticas Tradicionais de Homeopatia Indígena			40				40
<b>SUBTOTAL DA FORMAÇÃO DIVERSIFICADA</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>140h</b>
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>							
Agroecologia <sup>1</sup>			60		40		100
Manejo Agroecológico de Solos <sup>2</sup>	40	40					80
Produção Animal I <sup>3</sup>		60		60		60	180
Produção Animal II <sup>4</sup>		40		40		60	140
Produção Vegetal I <sup>5</sup>	40		40		40		120
Produção Vegetal II <sup>6</sup>			60			60	120
Tecnologia de Alimentos de Origem Vegetal e Animal			40		20		60
Gestão e Planejamento <sup>7</sup>		40		40	40		120
Infraestrutura rural I <sup>8</sup>	40			40		40	120
Infraestrutura rural II <sup>9</sup>				40	40		80
Elaboração de Projetos e Relatórios Agropecuários	40				40		80
<b>Numero de disciplinas</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>59</b>
<b>SUBTOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>160</b>	<b>180</b>	<b>200</b>	<b>220</b>	<b>220</b>	<b>220</b>	<b>1.200h</b>
<b>Estágio Supervisionado Obrigatório ou PCCT</b>							<b>300h</b>
<b>Total da c/h da Formação Geral / Formação Profissional</b>							<b>2.400h</b>
<b>Estágio Supervisionado ou PCCT</b>							<b>300h</b>
<b>rga Horária Total do Curso</b>							<b>2.700h</b>

Parecer CNE/CEB Nº 39/2004  
 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 7, de 7/04/2010 - Resolução CNE/CEB nº4, de 13/07/2010 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parecer CNE/CEB Nº 5, de 05/05/2011 - Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30/01/2012  
 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Parecer CNE/CEB Nº 11, de 9/05/2012 - Resolução nº 6, de 20/09/2012

**EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA**